

II.5.3.11 – Povos e comunidades tradicionais

Este subitem tem como objetivo identificar e descrever os povos e comunidades tradicionais que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, em conformidade com instrumentos legais de proteção.

Segundo o TR, os povos e comunidades tradicionais devem ser identificados e descritos, independentemente de estarem estabelecidos em Terras Indígenas, Territórios Quilombolas, Unidades de Conservação ou outras áreas rurais, com suas respectivas localizações e dos territórios tradicionais que os abriguem sendo apresentadas em mapas georreferenciados. Neste contexto, a situação das Terras Indígenas e Territórios Quilombolas reconhecidos (homologados, declarados, em estudo/identificação, etc.) deve ser apresentada, assim como a situação de comunidades tradicionais localizadas dentro dos limites de unidades de Conservação.

Populações de pescadores artesanais/caiçaras são consideradas grupos sociais de igual vulnerabilidade, mas não se encontram aqui representados, posto que o subitem **II.5.3.9 – Atividade Pesqueira Artesanal**, do presente estudo, identificou e descreveu atividades, meios de vida e conflitos relativos às comunidades de pescadores artesanais/caiçaras existentes em todos os municípios da Área de Estudo.

Em consonância com a Portaria Interministerial nº60/2015, que estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do IBAMA e, conforme já declarado desde a Ficha de Caracterização da Atividade (FCA), é possível afirmar que não há influência direta das Atividades de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal – ETAPA 3 sobre terras indígenas, quilombolas, em bens culturais acautelados e em áreas ou regiões de risco ou endêmicas para malária, visto que ocorrerão em área offshore e a cerca de 200 km da costa. As infraestruturas de

apoio também não estão localizadas sobre terras indígenas e quilombolas, em bens culturais acautelados e de risco de malária.

Nesses termos, este item foi elaborado a partir dos dados secundários obtidos em 2015 - e atualizados em março de 2018 - sobre povos indígenas e territórios quilombolas e está estruturado em quatro partes: a primeira refere-se aos aspectos conceituais que permitem a compreensão das questões culturais que constituem as identidades coletivas e se fundamentam em direitos territoriais e na autoconsciência cultural; a segunda expõe os instrumentos legais de proteção aos povos indígenas e comunidades quilombolas; a terceira dedica-se à identificação e caracterização dos povos e comunidades tradicionais localizados nos municípios da área de estudo e a quarta, por fim, apresenta as políticas públicas disponíveis para esses grupos, principalmente aquelas implementadas pelo Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (que incorporou o extinto Ministério da Pesca), Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (que substituiu o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário), Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério da Cultura. As políticas em questão são acessadas pelas comunidades, via de regra, com alguma intermediação de órgãos estaduais e municipais. Assim, para se ter um quadro definido do número de beneficiários de tais ou quais políticas, ou seja, para coligir os dados de acesso real das políticas disponíveis, seria necessário empreender uma pesquisa de caráter primário em tais órgãos com solicitação formal de dados sobre o tema, visto que muitos desse órgãos não mantêm bancos de dados organizados, não fornecem informações por telefone e nem publicizam ações por meio virtual (algumas prefeituras de cidades pequenas ainda mantêm sítios eletrônicos bastante precários). Na medida em que foram identificadas políticas efetivamente acessadas, essa informação foi posta na descrição das TIs e comunidades quilombolas

É necessário destacar que a pesquisa de fontes secundárias sobre povos e comunidades tradicionais traz consigo determinadas limitações. As fontes institucionais, de caráter oficial, nem sempre apresentam dados completos e desagregados que permitam atingir as minúcias e especificidades da morfologia social desses grupos. Laudos e relatórios técnicos de identificação/demarcação não são facilmente acessados e não existem para todas as comunidades

quilombolas e terras indígenas. Muitas vezes, os dados oficiais são discrepantes em relação a dados apontados por organizações não governamentais e movimentos sociais, o que torna a massa de dados disponíveis bastante heterogênea e nem sempre fidedigna. As fontes acadêmicas, por sua vez, não abrangem todos os povos e comunidades identificados na Área de Estudo, visto que não há dissertações e teses disponíveis sobre toda e qualquer comunidade. Para comunidades e aldeias/terras indígenas que solicitaram seu reconhecimento-certificação-demarkação recentemente, ainda não passaram por processo de confecção de laudos e relatórios técnicos para fins de reconhecimento/demarkação e não foram objeto de estudo acadêmicos é preciso recorrer às poucas informações existentes em fontes alternativas como jornais de grande circulação e jornais locais, na tentativa de caracterizá-las minimamente.

Para além dos desafios metodológicos operacionais descritos acima, a tarefa de definir o que são comunidades tradicionais traz consigo ainda a necessidade de desfazer, de início, equívocos teóricos acarretados pelo adjetivo “tradicionais”. No uso corrente, tal termo aparece intrinsecamente ligado ao passado, refém da relação com o que é estanque, ultrapassado, engessado. A teoria antropológica clássica contribuiu para que o conceito de tradição se estabelecesse como sinônimo de imutabilidade, na medida em que a consolidou como centro da definição de cultura. Raddcliffe-Brown (apud Satriani, 1986, p. 42) declarou:

[...] a realidade a qual eu aplico a palavra ‘cultura’, é o processo de tradição cultural, isto é, o processo mediante o qual, num dado grupo social, ou classe social, a linguagem, as crenças, as ideias, os gostos estéticos, os conhecimentos, as capacidades, os vários tipos de usos passam (e uso este verbo porque tradição significa ‘passar, transmitir’) de uma pessoa a outra e de uma geração a outra.

Isto é, a tradição seria o núcleo-duro da cultura que, nesta apreciação, também é definida como um corpo de comportamentos imóvel e inexpugnável que atravessa os tempos. Em termos práticos, essa abordagem se adequava aos estudos etnológicos sobre grupos humanos recém-colonizados e seus modos de vida, considerados “exóticos” e “sem história” quando confrontados à cultura civilizada e dinâmica dos colonizadores. Os grupos sociais tradicionais seriam,

então, comunidades estáveis e passivas, reproduzidas como acordos monocórdios repetidos.

Reflexões antropológicas modernas demonstraram, contudo, que mesmo quando analisadas sob um enfoque êmico, isto é, a partir de sua estrutura interna, as sociedades tradicionais sempre apresentaram movimento histórico, posto que não são desprovidas de contradições, desigualdades e conflitos (BALANDIER, 1976; SAHLINS, 1994). Ao entrarem em contato com a sociedade envolvente, esses grupos tradicionais são pressionados ainda mais em direção a mudanças sociais e, neste processo – essencialmente político – são forjadas as identidades étnicas (indígenas, quilombolas, caiçaras, etc.). Comunidades tradicionais são, portanto, grupos sociais que apresentam traços diacríticos em relação à configuração social dominante, ou seja, à sociedade industrial e urbana.

A identidade étnica é um processo de identificação de grupos em situações de oposição a outro grupo. Cardoso de Oliveira (1976) elaborou a noção de "identidade contrastiva" como base para a identidade étnica: a situação de oposição leva os grupos a elaborarem os seus critérios de pertencimento e de exclusão social. Quando este confronto está calcado numa relação assimétrica de poder – de submissão e dominação – os grupos minoritários reforçam suas particularidades culturais e suas relações coletivas como forma de reelaborar sua posição social. As relações de parentesco e a territorialidade são fatores acessados, amiúde, na construção dessas identidades (MOURA, 1988; WORTMANN, 1995; PAOLIELO, 1999). O estudo de Barth (1976) acerca da flexibilidade das fronteiras étnicas demonstra que um grupo, confrontado por uma situação histórica peculiar, pode vir a realçar determinados traços culturais que julgar relevantes em tal ocasião.

Nesta perspectiva, as identidades não são fixas: são "identificações em curso", integrantes do processo histórico da modernidade, no qual concorrem velhos e novos processos de recontextualização e de particularização das identidades, como aponta Santos (2000).

Alguns aspectos são comuns aos diferentes grupos e relevantes quando da construção de traços que auxiliem na sua identificação; dentre eles se pode enunciar a necessidade de acesso a terra, ou ao território, como forma de manter vivos na memória e nas práticas sociais os sistemas de classificação e de manejo

de recursos, os sistemas produtivos, os modos tradicionais de distribuição e consumo da produção.

[...] no território estão impressos os acontecimentos ou fatos históricos que mantêm viva a memória do grupo; nele também estão enterrados os ancestrais e encontram-se os sítios sagrados; ele faz parte da cosmologia do grupo, referendando um modo de vida e uma visão de homem e de mundo; ele é apreendido e vivenciado a partir dos sistemas de conhecimento, portanto, encerra também uma dimensão lógica e cognitiva. Além naturalmente de assegurar a produção, indispensável à sobrevivência. (ANDRIGUETTO FILHO, 2013)

Os povos tradicionais detêm vasto conhecimento sobre a natureza e uma riqueza cultural adquirida ao longo de várias gerações. Como possuem estreita dependência dos recursos naturais para a sua subsistência, esses povos dominam formas especiais de apropriação e uso dos referidos recursos e tendem a manejá-los de forma sustentável, já que sua sobrevivência depende diretamente deles.

Conforme mencionado, a denominação comunidades ou populações tradicionais emerge no debate ambiental inicialmente associada ao contexto de criação das UCs. Ao longo do tempo, algumas dessas populações foram se organizando localmente e ganhando visibilidade social. Contudo, a maioria ainda se encontra na invisibilidade, vivenciando situações que pressionam o seu modo de vida tradicional.

Além desses grupos, têm-se ainda comunidades tradicionais definidas a partir de práticas culturais específicas, tais como os ciganos, as comunidades de terreiro (afro-religiosas), dentre outras.

Segundo Diegues (2008), as culturas e sociedades tradicionais se caracterizam pela:

- a - dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir do qual se constrói um "modo de vida";
- b - conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;

- c - noção de território ou espaço onde o grupo se reproduz econômica e socialmente;
- d - moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra dos seus antepassados;
- e - importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica numa relação com o mercado;
- f - reduzida acumulação de capital;
- g - importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou de compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h - importância de mito e rituais associados à caça, à pesca e às atividades extrativistas;
- i - tecnologia utilizada relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o trabalho artesanal. Nele, o produtor e sua família, dominam o processo de trabalho até o produto final;
- j - fraco poder político, que em geral está concentrado em grupos dos centros urbanos;
- k - autoidentificação ou identificação pelos outros de que pertença a uma cultura distinta das outras.

Nesses termos, têm-se como fundamental para a definição de "culturas" ou "populações" tradicionais, a noção de "identidade", pois o "autorreconhecimento" decorre de uma identidade construída ou reconstruída, resultante, em parte, de processos de contatos cada vez mais conflitivos com a sociedade urbano-industrial, e com os "mitos" criados por esta.

No contexto dessa discussão é importante chamar a atenção para o fato de que as características que identificam as populações tradicionais não necessariamente compõem um estereótipo desses grupos, pois o que se tem são populações que devido a algumas características comuns, são tidas como "tradicionais", embora tais características comuns não sejam idênticas quantitativa e qualitativamente. As diferenças são reais e totalmente justificadas, não só pelas

diferenças do meio em que cada população vive, mas especialmente pelo seu sistema de produção e modo de vida, seu grau de interação com outros grupos e considerando também as pressões que vivenciam.

Desse modo há de se considerar que as populações tradicionais são dinâmicas e também experimentam mudanças, dada sua sintonia com as mudanças que ocorrem na região em que se localizam. É importante considerar que essas mudanças não descaracterizam o elemento “tradicional”, pois os principais valores que fazem a essência da tradição desses grupos estão preservados, mesmo que sob pressão de vários tipos (especialmente a pressão sobre o território e os recursos nele disponíveis).

Assim, pode-se sugerir que esses grupos, cuja tradicionalidade vive sob pressão mediante a modernização que se expande pelos espaços onde vivem, frequentemente experimentam os efeitos decorrentes desse processo no cotidiano das atividades que garantem o seu sustento. É o caso, por exemplo, da pesca artesanal e demais atividades extrativistas que dependem dos recursos disponíveis.

A presença de populações tradicionais no território se configura como fator de preservação e reprodução da cultura, seja pelo componente étnico relacionado aos povos indígenas e às comunidades quilombolas, como também pela capacidade de produção coletiva e solidária de grupos associados à agricultura familiar, pescadores artesanais, caiçaras, ribeirinhos e outros.

Segundo Silva (2004), a expressão “populações tradicionais” passou a ser difundida, principalmente durante a década de 1990, inspirada no termo *indigenous people*, criado durante os anos 1960 e 1970 nos encontros internacionais para discussões ambientais, promovidos pela IUCN (União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais), designando populações etnicamente distintas. Desde então, o termo passou a ser amplamente usado pelo senso comum, designando várias populações genericamente e de forma ambígua no discurso ambientalista.

No Brasil, a denominação comunidades ou populações tradicionais ganha força no contexto nas discussões e disputas em torno da Constituição de 1988 e se evidencia, posteriormente, no âmbito da problemática ambiental, mais especificamente no contexto da criação das Unidades de Conservação. Tais

comunidades necessitaram – e ainda necessitam - de reafirmação cultural e política.

A partir do final do século XX, os grupos sociais tradicionais intensificaram sua organização, tornando-se cada vez mais visíveis e conquistando uma série de políticas públicas específicas e novas arenas de participação, como será visto no item “Identificação de Políticas Públicas disponíveis para povos e comunidades tradicionais”, apresentado mais adiante.

II.5.3.11.1 – Instrumentos legais de proteção

A herança cultural das populações tradicionais é determinante para as políticas de reconhecimento de uma sociedade plural ancorada na diversidade dos modos de vida e na expressão cultural a eles referente. Nesses termos, o Decreto Presidencial nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), tornou positivo no ordenamento jurídico nacional a expressão “povos e comunidades tradicionais”, garantindo o reconhecimento aos direitos dessas coletividades.

O decreto não definiu a priori os povos e comunidades tradicionais, o que de certa forma amplia a possibilidade de inclusão de vários grupos sociais. Na atualidade, o reconhecimento desses grupos vem se consolidando tanto a partir da autodefinição, como através de estudos especializados. Em ambos os casos têm-se um processo que dá visibilidade aos povos até então tornados “invisíveis”, ou despercebidos. Diz o decreto:

Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Inciso I, do art.3.º)

E complementa:

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária [...].(Art. 3º).

Segundo Oliveira (2007), o aspecto positivo do referido decreto remete a visibilidade dada a esses povos e a reafirmação de que tais coletividades são detentoras de territórios, conceituando-se também esses espaços. Além disso, o decreto valoriza elementos de natureza antropológica, a autodenominação e a diversidade.

Considerando a variedade de grupos identificados como povos e comunidades tradicionais, é importante ressaltar que os indígenas e quilombolas são os únicos segmentos que dispõem de dispositivos constitucionais que garantem legislação específica para proteção de seus direitos territoriais e instituições destinadas ao seu tratamento: Fundação Nacional do Índio – FUNAI e Fundação Cultural Palmares – FCP, respectivamente.

No que se refere aos pescadores artesanais, o Ministério da Pesca e Aquicultura era a instância formuladora das políticas para o setor até 2016, quando foi extinto, e suas atribuições foram repassadas à Secretaria Nacional de Pesca, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Para os demais grupos as tratativas legais adotadas ocorrem orientadas pelo decreto acima citado, pelos dispositivos integrantes da Constituição de 1988 e pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, que prevê em seus dispositivos:

- reconhecer as aspirações desses povos a assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida e seu desenvolvimento econômico, e manter e fortalecer suas identidades, línguas e religiões, dentro do âmbito dos estados onde moram;
- observar que em diversas partes do mundo esses povos não podem gozar dos direitos humanos fundamentais no mesmo grau que o restante da população dos estados onde moram e que suas leis, valores, costumes e perspectivas têm sofrido erosão frequentemente;

- lembrar a particular contribuição dos povos indígenas e tribais à diversidade cultural, à harmonia social e ecológica da humanidade e à cooperação e compreensão internacionais.

A Convenção nº 169 da OIT foi ratificada por meio do decreto presidencial n. 5.051, de 19 de abril de 2004.

Nesse contexto, os pescadores artesanais e demais grupos passaram a ser contemplados. O território de atuação dos pescadores artesanais tradicionais passou a ser considerado como “terra tradicionalmente ocupada”. Essa situação na atualidade tem fomentado a organização nacional desse grupo, tendo em vista o reconhecimento do território das comunidades tradicionais pesqueiras: um território de “terra” e de “água”. Ainda que “terra tradicionalmente ocupada” seja um termo mais relacionado ao conceito de território do que de terra, este termo não se reduz somente ao solo, mas aos subsolos e às águas também.

Na Convenção nº 169 da OIT, a pesca é considerada atividade tradicional, relacionada com a economia de subsistência. Segundo esta convenção, as atividades tradicionais, dentre outras citadas, a pesca, deverão ser reconhecidas como fatores importantes da manutenção de sua cultura, da sua autossuficiência e desenvolvimento econômico. Com a participação desses povos, e sempre que for adequado, os governos deverão zelar para que sejam fortalecidas e fomentadas essas atividades (CONVENÇÃO 169, 2002 [1989]: Art. 23).

Conforme anteriormente mencionado, apenas povos indígenas e comunidades quilombolas dispõem de instrumentos legais específicos de proteção, ancorados constitucionalmente. Esses segmentos serão estudados de maneira detalhada a seguir, tanto no que diz respeito à sua caracterização geral quanto às suas manifestações específicas na área de estudo.

II.5.3.11.1.1 – População Quilombola

Com relação às áreas remanescentes de quilombos, a legislação vem acompanhando ao longo do tempo as demandas desses grupos sociais. O Artigo 68 da Constituição Federal de 1988, pioneiro na garantia das populações tradicionais no país, e especificamente para as comunidades quilombolas:

“reconhece a propriedade definitiva das terras que estão ocupando, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Posteriormente tem-se o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Em seu artigo 2º, o Decreto considera os remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

A partir do Decreto nº 4883/03 foi transferida do MinC, para o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA/INCRA, a competência para a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como a determinação de suas demarcações e titulações.

Por força do Decreto nº 4.887, de 2003, os estados, o Distrito Federal e os municípios têm competência comum e concorrente com o poder federal para promover e executar esses procedimentos de regularização fundiária. Para cuidar dos processos de titulação, o INCRA criou, na sua Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, a Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas, e nas Superintendências Regionais, os Serviços de Regularização de Territórios Quilombolas.

Com base na Instrução Normativa nº 57, do INCRA, de 20 de outubro de 2009, cabe às comunidades interessadas encaminhar à Superintendência Regional do INCRA do seu estado uma solicitação de abertura de procedimentos administrativos visando à regularização de seus territórios.

Para que a instituição inicie os trabalhos em determinada comunidade, ela deve apresentar a Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos, emitida pela Fundação Cultural Palmares – FCP, instituição vinculada ao MinC.

A primeira parte dos trabalhos do INCRA consiste na elaboração de um estudo da área, destinado à confecção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território. Uma segunda etapa é a de recepção, análise e

juízo de eventuais contestações. Aprovado em definitivo esse relatório, o INCRA publica uma portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola. A fase seguinte do processo administrativo corresponde à regularização fundiária, com desintrusão de ocupantes não quilombolas mediante desapropriação e/ou pagamento de indenização, e demarcação do território. O processo culmina com a concessão do título de propriedade à comunidade, que é coletivo, pró-indiviso e em nome da associação dos moradores da área, registrado no cartório de imóveis, sem qualquer ônus financeiro para a comunidade beneficiada.

É a própria comunidade que se autorreconhece “remanescente de quilombo”. E o amparo legal é dado pela Convenção OIT nº 169, aqui mencionada, cabendo à FCP emitir uma certidão sobre essa autodefinição. O processo para essa certificação obedece a normas específicas desse órgão (Portaria da FCP nº 98, de 26/11/2007).

Uma das atribuições da FCP consiste em formalizar a existência destas comunidades, assessorá-las juridicamente e desenvolver projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania.

No caso específico do estado de São Paulo, a Fundação Instituto de Terras do Estado (ITESP), mediante convênio com INCRA e Fundação Cultural Palmares, é a responsável pelo processo de reconhecimento étnico e demarcação territorial, procedimentos normatizados pelo Decreto Estadual nº 41.839/98, que regulamenta o artigo 3º da lei nº 9.757/97.

O **Quadro II.5.3.11.1.1-1** apresenta os principais registros da legislação específica federal para o tratamento da população quilombola.

Quadro II.5.3.11.1.1-1 – Principais registros da legislação federal para a população quilombola.

LEGISLAÇÃO FEDERAL
Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 – determina a regularização territorial das comunidades quilombolas.
Art. 216 da Constituição Federal de 1988 - § 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.
Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 - regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
Decreto nº 4.883, de 20 de novembro de 2003 – transferiu da Fundação Cultural Palmares para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária a competência para a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como a determinação de suas demarcações e titulações.
Portaria da FCP nº 98/2007 – define que o processo de certificação das comunidades obedece a normas específicas da Fundação Cultural Palmares.
Decreto 6261, de 20 de novembro de 2007 - Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências.
Instrução Normativa do INCRA n.º 49/2008 – regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.
Instrução Normativa do INCRA nº 57/2009 – define que cabe às comunidades interessadas encaminhar à Superintendência Regional do INCRA do seu estado uma solicitação de abertura de procedimentos administrativos visando à regularização de seus territórios.
Portaria Interministerial 507/2011 – estabelece que a comprovação de ocupação da área quilombola, atestada por órgão de qualquer ente federativo responsável pelo ordenamento territorial é suficiente para a execução de convênio, inclusive de obras.
Portaria da Fundação Cultural Palmares Nº 261, de 27 de setembro de 2017 - Institui o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como sistema oficial de gestão de processos e documentos eletrônicos da Fundação Cultural Palmares, define normas, rotinas e procedimentos de instrução do processo eletrônico, e dá outras providências. Tal procedimento torna a consulta do andamento de processos sobre os territórios quilombolas mais rápida e transparente (Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2018).

A título de atualização, vale ressaltar que o Decreto 4.887/2003, principal instrumento legal garantidor do direito dos quilombolas aos seus territórios, foi revalidado pelo Supremo Tribunal Federal, em 08 de fevereiro de 2018, no âmbito do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o referido decreto.

II.5.3.11.1.2 – População Indígena

A Constituição brasileira trata de forma destacada essa temática definindo no parágrafo 1º do artigo 231, o conceito de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios como sendo aquelas

[...] por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Terras que, segundo o inciso XI do artigo 20 da Constituição Federal, "são bens da União" e que, pelo §4º do art. 231, são "inalienáveis e indisponíveis e os direitos sobre elas imprescritíveis".

Embora os indígenas detenham a posse permanente e o "usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos" existentes em suas terras, conforme o §2º do Art. 231 da Constituição, elas constituem patrimônio da União. E, como bens públicos de uso especial, as terras indígenas, além de inalienáveis e indisponíveis, não podem ser objeto de utilização de qualquer espécie por outros que não os próprios índios.

De acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o processo de demarcação é o meio administrativo para identificar e sinalizar os limites do território tradicionalmente ocupado pelos povos indígenas. Em seguida, a regularização fundiária de terras indígenas tradicionalmente ocupadas é o processo que garante a posse e o uso do território,

De acordo com a FUNAI (2016), em resumo, essas são as fases do processo administrativo relativo ao procedimento demarcatório das terras tradicionalmente ocupadas:

- Em estudo: Realização dos estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais, que fundamentam a identificação e a delimitação da terra indígena.
- Delimitadas: Terras que tiveram os estudos aprovados pela Presidência da FUNAI, com a sua conclusão publicada no Diário Oficial da União e do Estado, e que se encontram na fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão acerca da expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena.
- Declaradas: Terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento.

- Homologadas: Terras que possuem os seus limites materializados e georreferenciados, cuja demarcação administrativa foi homologada por decreto Presidencial.
- Regularizadas: Terras que, após o decreto de homologação, foram registradas em cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União.
- Interditadas: Áreas Interditadas, com restrições de uso e ingresso de terceiros, para a proteção de povos indígenas isolados.

Em casos extraordinários, como de conflito interno irreversível, impactos de grandes empreendimentos ou impossibilidade técnica de reconhecimento de terra de ocupação tradicional, a FUNAI promove o reconhecimento do direito territorial das comunidades indígenas na modalidade de Reserva Indígena, conforme o disposto no Art. 26 da Lei 6001/73, em parceria com os órgãos agrários dos estados e Governo Federal. Nesta modalidade, a União pode promover a compra direta, a desapropriação ou recebe em doação o(s) imóvel(is) que será(ão) destinado(s) para a constituição da Reserva Indígena. O **Quadro II.5.3.11.1.2-1** apresenta os principais registros da legislação específica, federal e estadual, para o tratamento da população indígena.

Quadro II.5.3.11.1.2-1 – Principais registros da legislação federal para a população indígena.

LEGISLAÇÃO FEDERAL
Constituição Federal de 1988 - Artigo 20; Artigo 22; Artigo 49; Artigo 109; Artigo 129; Artigo 176; Artigo 210; Artigo 215; Artigo 216; Artigo 231; Artigo 232; Artigo 67 da ADCT. Reconhecem os direitos originários dos povos indígenas aos seus territórios.
Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973 - Dispõe sobre o Estatuto do Índio.
Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996 - Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências.
Portaria Interministerial Nº 9, de 19 de fevereiro de 2013 - Altera artigos da Portaria Interministerial nº 35, de 31 de janeiro de 2012, que trata da formação do grupo de trabalho para a Regulamentação do direito de Consulta da Convenção 169.
Portaria nº 308, de 25 de julho de 2012 - Altera o disposto no art. 6º da Portaria nº 303, de 16 de julho de 2012.
Portaria nº 303, de 16 de julho de 2012 - Dispõe sobre as salvaguardas institucionais às terras indígenas conforme entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal na Petição 3.388 RR.
Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012 - Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, e dá outras providências.
Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2012 - Disciplina a emissão dos documentos denominados Atestado Administrativo e Declaração de Reconhecimento de Limites.
Portaria Nº 116, de 14 de fevereiro de 2012 - Estabelece diretrizes e critérios a serem observados na concepção e execução das ações de demarcação de terras indígenas .
Instrução Normativa nº 2 de 3 de fevereiro de 2012 - Baixa instruções para o pagamento de indenização pelas benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé em terras indígenas.
Instrução Normativa nº 1, de 9 de janeiro de 2012- Estabelece normas sobre a participação da Fundação Nacional do Índio - FUNAI no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividade potencial e efetivamente causadora de impactos ambientais e socioculturais que afetem terras e povos indígenas.
Portaria Interministerial nº 419, de 26 de outubro de 2011 - Regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental, de que trata o art. 14 da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007.
Portaria nº 14, de 09 de janeiro de 1996 - Estabelece regras sobre a elaboração do Relatório circunstanciado de identificação e delimitação de Terras Indígenas a que se refere o parágrafo 6º do artigo 2º, do Decreto nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996.

**II.5.3.11.2– Identificação e caracterização das comunidades
quilombolas da Área de Estudo**

O reconhecimento, por parte do Estado, da existência de comunidades negras rurais como uma categoria social carente de identificação étnica e fundiária – e às quais se convencionou denominar comunidades remanescentes de quilombos – trouxe à tona a necessidade de redimensionar o próprio conceito de quilombo, a fim de abarcar a gama variada de situações de ocupação de terras por grupos negros e ultrapassar o binômio fuga-resistência, instaurado no pensamento corrente quando se trata de caracterizar os quilombos.

A referência primordial ao conceito de quilombo data de 1740, quando o Conselho Ultramarino, reportando-se ao rei de Portugal, valeu-se da seguinte definição de quilombo: "toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco,

em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele" (TURATTI et al., 2002a, p.2).

Esta caracterização descritiva perpetuou-se como definição clássica do conceito em questão e influenciou uma geração de estudiosos da temática quilombola até meados dos anos 1970, como Ramos (1953) e Carneiro (1957). O traço marcadamente comum entre esses autores é atribuir aos quilombos um tempo histórico passado, cristalizando sua existência no período em que vigorou a escravidão no Brasil, além de caracterizarem-nos exclusivamente como expressão da negação do sistema escravista, como espaços unicamente de resistência e de isolamento da população negra.

Embora o trabalho destes autores seja importante e legítimo, ele não abarca, porém, a diversidade das relações entre escravos e sociedade escravocrata. Gomes (1996) explicita tal diversidade ao forjar o conceito de “campo negro”: “uma complexa rede social permeada por aspectos multifacetados que envolveu, em determinadas regiões do Brasil, inúmeros movimentos sociais e práticas econômicas com interesses diversos”. Em consonância ao referido autor, a Fundação Cultural Palmares define as Comunidades Quilombolas (ou Comunidades Afrodescendentes Tradicionais) como “terras de preto” ou “comunidades negras rurais” que se originaram de antigos agrupamentos sociais formados por escravos que se rebelaram contra a escravidão, por aqueles que permaneceram em fazendas falidas, por ex-escravos que receberam doações de terras de ex-senhores ou de Ordens Religiosas, por escravos alforriados que compraram suas próprias terras, por aqueles que receberam terras mediante prestação de serviços em guerras, entre tantos outros processos históricos que os quilombos admitiram em sua gênese. Atualmente, tem-se uma definição mais contemporânea e ampla na Instrução Normativa nº 57 de 20 de outubro de 2009, do INCRA, que considera remanescentes das comunidades de quilombos os grupos étnicos e raciais que se autodefinem como tal, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Para identificar as comunidades quilombolas presentes na Área de Estudo, foram utilizadas as seguintes fontes: sítios eletrônicos da Fundação Cultural Palmares e do INCRA; consulta telefônica à assessoria de quilombos da

Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo; diversos portais eletrônicos de entidades que assessoram as comunidades quilombolas, entre outros. Após tal diligência, constatou-se que na Área de Estudo do empreendimento existem 28 comunidades quilombolas certificadas pela FCP, sendo duas delas tituladas (no estado do Rio de Janeiro) e as demais em fases diversas do processo oficial de recuperação total de seus territórios. Algumas das comunidades listadas no estado do Rio de Janeiro aparecem, em algumas fontes, como pertencentes a municípios que não fazem parte desse estudo; nesses casos, privilegiou-se como informação correta as que figuram nas tabelas oficiais da Fundação Cultural Palmares. A exceção se dá no caso da Comunidade de Quilombo da Caveira, que está localizada totalmente em São Pedro da Aldeia, embora a Fundação Cultural Palmares diga que ela também está em Cabo Frio (tal confusão se dá porque a comunidade Caveira é profundamente ligada à comunidade Botafogo, essa sim em Cabo Frio, sendo que algumas fontes chegam a tratá-las como uma comunidade única).

A homogeneização e totalização de informações, no caso de comunidades quilombolas, não se dão de maneira satisfatória por meio de dados secundários porque apenas quando as comunidades já foram submetidas aos estudos de caráter antropológico exigidos no processo de reconhecimento oficial dos territórios é que se registram nos portais oficiais dados mais acurados sobre cada comunidade. Vale ressaltar que identificações e caracterizações deste tipo são, por natureza, retratos sincrônicos carentes de atualização constante, posto que há uma dinâmica crescente de inclusão de comunidades nas listas dos portais oficiais de dados. Tal dinâmica é ativada por organizações da sociedade civil e pelas múltiplas possibilidades advindas da internet no que diz respeito à democratização de informações sobre e para populações historicamente vulneráveis. Assim, cada vez mais comunidades negras redescobrem suas origens e seus direitos e passam a conclamar sua condição identitária como comunidade quilombola.

II.5.3.11.2.1 – Comunidades Quilombolas na Área de Estudo – Estado do Rio de Janeiro

A **Tabela II.5.3.11.2-1** e a **Figura II.5.3.11.2.1-1** apresentam, respectivamente, a identificação e a localização das comunidades quilombolas nos municípios da Área de Estudo do estado do Rio de Janeiro. Ressalta-se que a grande maioria dos processos da FCP foi enviada em janeiro/2016 para tratamento e digitalização e o acervo completo estará disponível para consulta, mediante autorização via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), a partir de junho de 2016. Essas informações foram concedidas em ligação telefônica à Fundação Palmares. Para efeito de atualização, a mais recente relação das comunidades quilombolas certificadas pela FCP, datada de 05 de março de 2018, foi consultada. A relação das comunidades que aguardam vistoria técnica ou encontram-se sob análise técnica não está disponível para consulta no sítio eletrônico da FCP.

A partir dessa nova incursão, foram incluídas quatro comunidades: Fazenda Espírito Santo, em Cabo Frio; Fazenda Santa Justina/Santa Isabel, em Mangaratiba; Dona Bilina, no Rio de Janeiro; Grotão, em Niterói. Na **Figura II.5.3.11.2.1-1**, estas comunidades foram indicadas com localização aproximada, conforme dados obtidos no presente levantamento.

Tabela II.5.3.11.2-1 – Comunidades quilombolas na Área de Estudo – Estado do Rio de Janeiro (Fundação Cultural Palmares- FCP, 2018, INCRA, 2018).

Município	Comunidade	Nº famílias	Localizada em unidade de conservação?	Área (ha)	Etapas de regularização
Angra dos Reis	Santa Rita do Bracuí	119	Não. Faz divisa com o Parque Nacional Serra da Bocaina, mas não há sobreposição.	N/D	Certificada pela FCP em 22/12/2011
	Alto da Serra do Mar	20	N/D	327,19	Certificada pela FCP em 04/11/2010; em processo de elaboração do RTID
Araruama	Sobara	130	N/D	N/D	Certificada pela FCP em 28/07/2006
	Tapinoã	32	N/D	118	Certificada pela FCP em 18/03/2014
Cabo Frio	Botafogo	36	N/D	122	Certificada pela FCP em 24/03/2006; em processo de elaboração do RTID
	Maria Joaquina	97	N/D	N/D	Certificada pela FCP em 17/06/2011
	Maria Romana	178	N/D	N/D	Certificada pela FCP em 04/10/2011
	Preto Forro	12	N/D	90,5403	Certificada pela FCP em 10/12/2004; titulada em 17/11/2011
	Fazenda Espírito Santo	N/D	N/D	N/D	Certificada pela FCP em 23/03/2017
Magé	Maria Conga	300	N/D	N/D	Certificada pela FCP em 16/05/2007
Mangaratiba	Ilha da Marambaia	124	Sim. Área de Proteção Ambiental (APA) da Ilha da Marambaia	52,99	Certificada pela FCP em 25/04/2006. Titulada pelo INCRA em 08/10/2015
	Fazenda Santa Justina/Santa Isabel	54		N/D	Certificada pela FCP em 20/05/2016
Paraty	Cabral	50	Sim. APA Cairuçu	512,8478	Certificada pela FCP em 09/12/2008; Decreto de desapropriação no DOU.
	Campinho da Independência	59	Sim. Reserva Ecológica da Joatinga e APA Cairuçu	287,9461	Titulada em 21/03/1999; certificada pela FCP em 04/10/2013
Rio de Janeiro	Cafundá Astrogilda	70	Sim, Parque Estadual da Pedra Branca	N/D	Certificada pela FCP em 03/07/2014
	Camorim - Maciço da Pedra Branca	872	Sim, Parque Estadual da Pedra Branca	N/D	Certificada pela FCP em 31/07/2014
	Pedra do Sal	25	Não	0,35341	Certificada pela FCP em 20/01/2006; em processo de elaboração do RTID
	Sacopã	13	Sim. Parque Natural Municipal José Guilherme Merquior, localizado entre a APA do Sacopã e a APA do Morro dos Cabritos	0,640417	Certificada pela FCP em 10/12/2004, portaria de reconhecimento do território no DOU
	Dona Bilina	N/D	N/D	N/D	Certificada pela FCP em 14/02/2017
Niterói	Grotão	15	Sim. Parque Estadual Serra da Tiririca	N/D	Certificada pela FCP em 20/05/2016
Total de comunidades - 20					

Legenda: ND – Não Disponível



Coordenador da Equipe



Técnico Responsável

EIA
PEP01R02

Revisão 01
07/2018

Figura II.5.3.11.2.1-1 – Localização das comunidades quilombolas na Área de Estudo – Estado do Rio de Janeiro (MNU-RJ, 2013).

A3

A seguir, são apresentados dados sobre o histórico de formação das comunidades, características socioculturais e possíveis conflitos/potencialidades ambientais das 20 comunidades identificadas no estado do Rio de Janeiro.

1. Comunidade Remanescente de Quilombo Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis/RJ) – A comunidade teve origem numa doação de terras feita pelo Comendador José de Souza Breves para seus escravos, através de testamento em 1877. O ato do Comendador não foi suficiente para garantir aos moradores da antiga fazenda de Santa Rita do Bracuí o direito a terra, sendo necessária muita luta em várias frentes a fim de tornar concreto o direito conquistado por seus antepassados. Por quase 100 anos os descendentes de escravos ocuparam essas terras. Entretanto, desde a década de 1960 lutam contra grileiros e condomínios de luxo para se manterem nas terras herdadas dos antepassados. Com a construção da estrada Rio-Santos, que dividiu a comunidade em duas partes, e a valorização da área para empreendimentos turísticos, a partir de 1975, os moradores passaram a sofrer pressões de grupos empreendedores para abandonarem a área, processo que chegou às vias judiciais e foi responsável pela redução do número de famílias que ocupam a antiga fazenda. A pressão aumentou com a proibição de plantio, construção de novas residências e até mesmo a posse pela água das nascentes do rio Bracuí situadas na serra quilombola. Segundo estudo do CEPERJ (2010), a Associação dos Remanescentes do Quilombo de Santa Rita do Bracuí (ARQUISABRA) tem fortes vínculos com a comunidade, promove intercâmbio de experiências e conhecimentos com outras comunidades quilombolas, busca constantemente parcerias com universidades e órgãos públicos e atua na defesa da integridade territorial da comunidade. Em 2011, a comunidade estava instalada de forma dispersa e com pouco cultivo agrícola, basicamente para autoconsumo. Estas mudanças foram registradas no Diagnóstico realizado em 2011, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, como referência para o Território da Baía da Ilha Grande (MDA, 2011). Neste documento consta que na comunidade, 41,66% dos moradores se dedicam ainda à agricultura, porém o fazem para consumo próprio e para o extrativismo (22,91%). A agricultura de subsistência desenvolvida inclui o plantio, principalmente, do aipim (16%), milho (8%), feijão (8%), hortaliças (7%), além da cana (2%) e pupunha (1,47%) na última safra. E as frutas que são

produzidas para subsistência são a banana, goiaba, abacate, jambo e coco. A sobrevivência desta comunidade conta com o apoio do Governo Federal através do Programa Bolsa Família – PBF, que em 2011 alcançava uma proporção de 35% da comunidade. É interessante registrar a diversidade religiosa na comunidade, em que apenas 4,2% dos moradores praticam o candomblé e que algumas das antigas tradições foram consideradas pelos moradores na pesquisa citada como atividades de lazer, tais como: o calango, o jongo, a capoeira e a folia de reis. A tradição se conserva na alimentação da população nos termos do consumo frequente da banana da terra, do biju, dos defumados, farinhas, melado e sardinha. De acordo com os dados extraídos do Programa de Educação Ambiental do Litoral Sul Fluminense (PEA-Rio), desenvolvido pela PETROBRAS (PETROBRAS/MINERAL, 2014), a comunidade relatou que seus principais problemas são a diminuição das atividades agrícolas para subsistência e os conflitos fundiários, já que há intrusão de terceiros no território quilombola. Uma das principais fontes de renda das famílias são os empregos em empreendimentos turísticos, entre eles a Marina Porto Bracuhy (empreendimento de alto luxo), localizada no seu território quilombola original. Em decorrência do Projeto Juçara (Projeto Demonstrativo do Ministério do Meio Ambiente), ocorrido em 2007 e focado na capacitação do beneficiamento do palmito Juçara, essa atividade ainda se mantém na comunidade. O PEA-Rio também identificou a crescente e significativa importância do turismo para a comunidade. Ainda segundo o PEA-RIO, há duas escolas de ensino fundamental na comunidade, um campo de futebol e ruínas de antigos engenhos produtores de cachaça; as festas tradicionais da comunidade são a de Santa Rita (segunda quinzena de maio), Festa do Jongo, Homenagem a Zumbi (segunda quinzena de novembro) e Folia de Reis (dezembro e janeiro). Vale ressaltar que a comunidade participa do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba.

2. Quilombo Alto da Serra (Angra dos Reis /RJ) – Ocupa área localizada na Serra de Lídice, entre Rio Claro e Angra dos Reis. Seus integrantes, segundo relatório do CEPERJ (2010), são descendentes do grupo familiar original que migrou do estado de São Paulo para o estado do Rio de Janeiro e tinha como patriarca o Sr. Benedito Leite. Nesse primeiro momento, a comunidade vivia do plantio de banana, do extrativismo (palmito e madeira) e da fabricação de carvão.

O processo para regularização das terras do Quilombo Alto da Serra começou quando a comunidade, apoiada pela ONG KOINONIA, demandou em 2002, oficialmente, a titulação de suas terras após parte da terra que ocupava ser vendida em um leilão. Nesse processo, a comunidade constituiu uma Associação de Trabalhadores Rurais que, em 2007, foi transformada na Associação Comunitária de Quilombolas. Atualmente, a principal ocupação no quilombo é a exploração agrícola. Desde o começo do processo de titulação, a comunidade trabalha com algumas ONGs objetivando a expansão dos esforços agrícolas, a criação de peixes, a instalação de um sistema de saneamento e de um biodigestor para o processamento de dejetos humanos e de animais, fornecimento de gás de cozinha, além de participar de um programa regional de proteção da bacia hidrográfica e de elaboração de melhorias na propriedade (CEPERJ, op. cit.). Em 2015, o Ministério Público Federal recomendou que a Eletrobras construísse um centro comunitário na comunidade, como medida compensatória pela construção de Angra III (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2015). Não foram encontradas informações sobre possível sobreposição do território quilombola com unidades de conservação. Os principais conhecimentos tradicionais da comunidade estão depositados na culinária e no artesanato (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO RIO DE JANEIRO, s/d). A comunidade é atendida pela Escola Municipal Rio das Pedras, sob responsabilidade da prefeitura do município de Rio Claro. A prefeitura municipal ameaçou fechar a escola em 2015, alegando problemas como a difícil localização da unidade – o que desfavorece o acesso aos profissionais de educação, bem como a dificuldade para captação de água potável e o alto índice de reprovação do ciclo de alfabetização da escola. A decisão da prefeitura foi revertida após o município ter sido autuado pelo Ministério Público Federal (RACISMO AMBIENTAL, 2016). De acordo com Aragão Neto (2012), a comunidade enfrenta questões como o alcoolismo, desnutrição infantil, endividamento familiar, ausência de programas de capacitação profissional e de apoio à atividade rural de subsistência e comercial, bem como a falta de resgate e incentivo à divulgação de tradições culturais. Não foram encontradas informações sobre a existência de unidades de saúde na comunidade.

3. Comunidade Remanescente de Quilombo Sobara (Araruama, RJ) – Os primeiros moradores do Quilombo de Sobara teriam vindo do Congo e conquistado o direito a terra por meio de doações ou pagamento de serviços, por volta de 1860. Esse momento marca a chegada de proprietários e escravos à região, onde foram formadas fazendas de café, engenhos produtores de açúcar e olarias. Na Fazenda Sobara era produzido açúcar, aguardente e café. De acordo com Cordeiro (2012), na década de 1970, um grileiro de nome João Florêncio adquiriu parcela expressiva das terras que a comunidade habitava e passou a cobrar um ‘aluguel’ dos quilombolas. Nesse período, muitas famílias deixaram o território da comunidade por não ter como pagar o dinheiro exigido pelo grileiro. Posteriormente, a usina Agrisa, que fabrica álcool hidratado e anidro, se estabeleceu nas terras da comunidade e houve um processo violento de intimidação e expulsão de diversas famílias. Cordeiro (op. cit.) afirma que o assunto é delicado entre os comunitários porque muitos deles trabalham para a referida empresa. Tal cenário faz com que muitos moradores não queiram reivindicar o território para não entrar em conflito com seus patrões, enquanto outros moradores se mostram favoráveis à luta pela regularização das terras, mas mostram-se desanimados porque creem que o processo vai ser demorado e talvez até infactível porque a Agrisa é muito poderosa. Outro processo que influenciou na mobilidade dos comunitários foi o estabelecimento de laranjais e outras culturas frutíferas, nos anos 1980, no entorno da comunidade. Inicialmente, parcela considerável dos comunitários foi utilizada como mão de obra nessas extensas plantações de frutíferas e deixaram de plantar seus próprios roçados. Na década de 1990, esses cultivos foram substituídos por pastos e muitos moradores se viram obrigados a migrar em busca de outros empregos. O início da organização da comunidade, tendo em vista o seu reconhecimento como quilombola, data de 2006. Foi resultado do trabalho de pesquisa sobre a presença de jesuítas na Região dos Lagos, no âmbito de um projeto desenvolvido com apoio do Ministério do Meio Ambiente. A Associação dos Remanescentes de Quilombo de Sobara foi fundada nesse período e está ativa; contudo, os moradores se queixam de ter muito pouco tempo para participar de reuniões (CORDEIRO, op. cit.) Os moradores do Quilombo Sobara desenvolvem a atividade agrícola, nos termos da agricultura familiar e a comunidade está

participando do Programa de Educação Ambiental relativo ao Campo de Polvo e, em maio de 2015, considerou que os principais problemas da comunidade são relativos à falta de um posto de saúde, falta de áreas de lazer, de acesso às políticas públicas de educação, acesso ao transporte público e a formalização da associação de moradores (OBSERVATÓRIO AMBIENTAL DA BACIA DE CAMPOS, 2015). Ainda de acordo com Cordeiro (op. cit.), a comunidade conta com a Escola Municipal ‘Pastor Alcebíades Ferreira de Mendonça’, que oferece o ensino fundamental; após terminar o 9º ano, os alunos da comunidade não têm condições de cursar o ensino médio porque não têm transporte escolar para a localidade mais próxima onde há oferta desse ciclo educacional. Havia um posto de saúde na comunidade, mas ele foi fechado em 2009. Para ter acesso ao atendimento médico, os moradores do local precisam percorrer 10 km de estrada de terra por 40 minutos. A comunidade foi beneficiada pelo Programa Luz para Todos e todas as casas têm luz elétrica. Diversos moradores também são beneficiados pelo Programa Bolsa Família. Em agosto de 2016, a Defensoria Pública do Rio de Janeiro, por meio do Núcleo Contra a Desigualdade Racial (Nucora), garantiu na Justiça a instalação de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no Quilombo de Sobara. A decisão proferida em Ação Civil Pública movida pela instituição dá ao Município o prazo improrrogável de 30 dias para que apresente um plano detalhado de ações voltadas à viabilização do projeto no território, até então privado de saúde básica (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2016).

4. Comunidade Remanescente de Quilombo Tapinoã (Araruama/RJ) – A comunidade se caracteriza por uma forte herança das gerações de escravos da fazenda Prodígio, sendo que a comunidade quilombola é mais conhecida pelo nome ‘Quilombo Prodígio’. O desenvolvimento econômico, social e cultural desta região fundamenta-se nas antigas fazendas formadas em razão do processo de ocupação do litoral e que se deve principalmente à mão de obra escrava, oriunda do tráfico de negros vindos de países africanos para esta região. Segundo Camara (2011), as cerca de trinta famílias residentes em Tapinoã são principalmente de origem negra, as quais, com a decadência das antigas fazendas, passaram a compartilhar espaços geográficos nas proximidades e entorno destas, em busca da sobrevivência, da subsistência, configurando uma

realidade de valores, tradições e de forte identidade. Tradicionalmente, muitas das experiências adotadas no cotidiano das famílias que vivem em Tapinoã reportam à cultura camponesa. Essa tradição se mantém na atualidade, pois as famílias valorizam o sistema de subsistência e produção diversificada, em que predominam o cultivo de aipim, quiabo, maxixe, abóbora, milho, feijão, amendoim, urucum, laranja e frutíferas. Nesse contexto, os mutirões fazem parte da tradição das famílias, visando principalmente os tratos culturais, a fabricação de farinha e atividades sociais. A mandioca desempenha papel importante na subsistência e produção local de farinha, tapioca e biju, produtos que são vendidos em mercados da região. De acordo com Cordeiro (2012), a comunidade não tem histórico de conflitos fundiários; não há associação de moradores; não há assistência médica local; a escola municipal só oferece do 1º ao 6º ano; a comunidade foi beneficiada pelo Programa Luz para Todos e todas as casas possuem luz elétrica; diversos moradores recebem o auxílio do Programa Bolsa Família. A comunidade participa do projeto de sementes crioulas da Embrapa, visando fortalecer a conservação das sementes de milho roxo que está há mais de cem anos passando de mão em mão entre as velhas e as novas gerações da comunidade (ECOS, 2009; EMBRAPA, 2015). De acordo com o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), entregue à comunidade em 2017, há atualmente galinheiro agroecológico e fossas sépticas biodigestoras, produção de feijão orgânico, farinha, biju, urucum, laranja, entre outros gêneros alimentícios, a parceria com a Embrapa continua e também com a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (Pesagro) (INCRA, 2017).

5. Comunidade Remanescente de Quilombo Botafogo (Cabo Frio/RJ) – Os quilombolas desta comunidade são descendentes dos escravos da antiga Fazenda Campos Novos, sesmaria jesuítica que remonta ao século XVII. Os quilombos decorrentes do desmembramento da Fazenda Campos Novos, além dos laços de parentesco, têm em comum a luta pela manutenção das terras, o que ocorre desde a década de 1950 do século passado. Os quilombolas criaram, na década de 1950, a Associação de Moradores (ainda ativa e hoje denominada Associação dos Remanescentes de Quilombo do Botafogo) e um Sindicato de Trabalhadores Rurais. A partir dos primeiros anos da década de 1960 os moradores iniciaram diversas tentativas de regularização fundiária através de

processos judiciais individuais e coletivos e reivindicações junto aos órgãos oficiais. Em 1999, a FCP emitiu a certidão de autorreconhecimento dessa área como comunidade remanescente de quilombos. No âmbito do diagnóstico socioambiental para o Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC), desenvolvido pela PETROBRAS (PETROBRAS/SOMA, 2014), a comunidade relatou que seus principais problemas são a carência de água para irrigação, a deficiência de serviços públicos de saúde, saneamento, energia elétrica e falta de apoio social. Essas situações são potencializadas pelo crescente fluxo populacional que se fixa na região para trabalhos com corte de cana de açúcar. A cultura da cana também é responsabilizada por outros efeitos ambientais deletérios, já que o lançamento de diversos dejetos produzidos pela atividade poluiu o rio São João. As queimadas de cana de açúcar também foram responsabilizadas por modificar a qualidade do ar e, conseqüentemente, prejudicar a qualidade de vida e saúde dos moradores. A comunidade conta com a Escola Municipal Quilombola 'Dona Rosa Geralda da Silveira' (educação infantil e ensino fundamental), inaugurada em 2013 e que abriga 420 alunos, possui seis salas de aula, uma biblioteca, uma sala de informática e um refeitório (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA, 2013). A comunidade possui uma unidade de saúde e o Ministério da Saúde está executando desde 2014 o projeto de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares – MSD na comunidade (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL, 2016). O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade foi finalizado em abril de 2017, mas ainda não está disponível para consulta eletrônica.

6. Comunidade Remanescente de Quilombo Maria Joaquina (Cabo Frio/RJ) – esta comunidade é um desmembramento da comunidade quilombola da Rasa, em Búzios. A localidade denominada Maria Joaquina está em área pertencente ao município de Cabo Frio e, por isso, os moradores optaram pelo desmembramento quando tiveram problemas, em 2010, para se enquadrar no Cadastro Único do Governo Federal, cuja circunscrição é municipal, como comunidade quilombola (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015). Em 2017, a comunidade sediou a Oficina Nacional Tecendo Protagonismo e Empoderamento das Mulheres *Quilombolas* (CONAQ, 2017).

7. Comunidade Remanescente de Quilombo Maria Romana (Cabo Frio/RJ) –

A comunidade está bastante articulada e tem recebido diversos projetos desenvolvidos por meio de parcerias entre setores públicos e privados, como a construção de um galpão modelo de 560 m², com acessibilidade, que servirá a toda comunidade. Em anexo também será construída a sede da Associação dos Remanescentes do Quilombo de Maria Romana. Entre os benefícios conquistados pela comunidade se encontra também a aquisição de um trator, equipado com todos os implementos agrícolas necessários para o cultivo da terra, além da realização de diversos projetos educacionais como, por exemplo, o QUIPEA (Quilombos no Projeto de Educação Ambiental), realizado pela Shell Brasil (KOINONIA, 2015). A comunidade é atendida na unidade de saúde e posto odontológico do Pacheco, no bairro Tamoios (PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO, 2013). Não foram encontradas mais informações sobre essa comunidade, possivelmente por seu processo de autorreconhecimento ser relativamente novo.

8. Comunidade Remanescente de Quilombo Preto Forro (Cabo Frio/RJ) – A

comunidade localiza-se em área rural às margens da Rodovia Amaral Peixoto, no bairro Angelim. As famílias que constituem essa comunidade são descendentes, direta ou indiretamente, de Ludigério dos Santos, nascido em 1871, que deixou a terra em regime de usufruto. Embora essa área, desde a década de 1950 do século passado, tenha sido objeto de conflito em decorrência do avanço das propriedades e da intensa grilagem que domina a região, os limites das terras de Preto Forro se mantiveram respeitados. Contudo, nos últimos 20 anos, a pressão sobre essas terras aumentou, ameaçando a sobrevivência do grupo. Na década de 1980 a população enfrentou forte pressão de grileiros, que teve início com o arrendamento de parte das terras para atividade pecuária. Dívidas tributárias contraídas pelos moradores foram utilizadas pelos arrendatários como razão para questionar o direito de posse das terras. Passaram, então, a intimidar os moradores e alterar o cercamento da área. Os remanescentes quilombolas se viram privados do direito de produzir em suas terras e impedidos de construir novas casas. Nesse período muitos moradores cederam à pressão e migraram para outra região. O primeiro processo para recuperação e salvaguarda das terras foi aberto pelo grupo em 1994 e tramitou até meados de 2003. Em 2004, a

Fundação Cultural Palmares iniciou estudo na região e, em 2006, foi publicado no Diário Oficial da União o RTID da comunidade. Esse longo período de conflito e o processo de delimitação das terras fizeram com que a comunidade se organizasse em torno de núcleos familiares, com a delimitação de pequenas propriedades cercadas. A comunidade reivindica apoio para a construção de área comum, onde possa ser fortalecido o sentimento comunitário (PETROBRAS/MINERAL, 2012). Depois de longos anos de negociação, em 17 de novembro de 2011, o Quilombo Preto Forro recebeu o título definitivo de propriedade de terra. De acordo com Arruti (2002), a energia elétrica foi estabelecida na comunidade em 2001 e há um posto de saúde local. Para estudar, os comunitários possuem uma escola municipal de 1º ao 6º ano ou têm que se deslocar até a Escola Agrícola Municipal Nilo Batista, localizada na sede da antiga Fazenda Campos Novos. Há também a opção de se deslocar até a escola quilombola localizada no bairro Botafogo. A comunidade ressenete-se do desmatamento no entorno de suas terras, porque ele contribui para a aridez da terra e prejudica os cultivos que praticam (abóbora, limão, banana, maracujá, aipim, batata e laranja). Praticamente toda sua produção é para fins de subsistência sendo a comercialização bastante irregular, feita em pequenos mercados ou diretamente por encomenda. Os quilombolas também se valem de trabalhos temporários relacionadas ao turismo na alta temporada. Via de regra, as mulheres são responsáveis pelas pequenas roças enquanto os homens trabalham nas atividades de turismo ou outros trabalhos na cidade. Além da Associação da Comunidade de Remanescentes de Quilombo do Povoado de Preto Forro, criada em 2006, os comunitários se organizam informalmente por meio de sua participação em atividades religiosas, tanto católicas quanto evangélicas, e por meio do seu time de futebol:

A força organizativa do futebol permitiu que, no final de 2001 ele fosse tomado como modelo das primeiras discussões internas ao grupo sobre a necessidade de instituírem uma comissão representativa para acompanhar as ações jurídicas com relação à terra, como veremos mais adiante. (ARRUTI, op. cit., p.29).

Em 2015, a comunidade recebeu o Curso de Capacitação de Quilombolas, iniciativa realizada no âmbito de um Acordo de Cooperação Técnica firmado pelo

Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) com a Prefeitura Municipal de Cabo Frio, com recursos do convênio de fomento ao desenvolvimento sustentável das comunidades rurais celebrado pelo ITERJ com o BNDES. Tal curso visou à implantação de uma horta coletiva orgânica na comunidade de Preto Forro (ITERJ, 2015).

9. Comunidade Remanescente de Quilombo Fazenda Espírito Santo (Cabo Frio/RJ) – Localizada no bairro do Araçá, a comunidade foi certificada em março de 2017. Não foram encontradas informações sobre essa comunidade, apenas a notícia da certificação (Prefeitura Municipal de Cabo Frio, 2017). A ausência de informações sobre a comunidade, inclusive no portal do Observatório Quilombola da KOINONIA, deve-se, possivelmente, ao reconhecimento muito recente.

10. Comunidade Remanescente de Quilombo Maria Conga (Magé/RJ) – Essa comunidade foi fundada por Maria Conga, negra africana que viveu todas as agruras dos tempos de escravidão, dedicou a vida à luta pela liberdade, e foi declarada oficialmente heroína de Magé, em 1988, no centenário da Abolição (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO RIO DE JANEIRO, s/d). Localizada no meio do caminho entre a baixada fluminense e a região serrana, a comunidade recebeu, em 2014, oficinas de capacitação nos temas "Direitos", "Políticas Públicas", e "Elaboração de Projetos", no âmbito do projeto "Apoio ao fortalecimento político e protagonismo das comunidades Quilombolas do Rio de Janeiro", promovido por KOINONIA e ACQUILERJ (Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro) com apoio da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal (O MANGUE, 2014). A comunidade afirma que conflitos oriundos da especulação imobiliária são seus maiores problemas a enfrentar (BRASIL DE FATO, 2015). A comunidade conta com uma Unidade de Saúde da Família (SAÚDE ACESSÍVEL, 2016). Dados noticiados por um jornal carioca em 2011 davam conta de que a comunidade não possuía água encanada, saneamento básico ou escola (EXTRA, 2011). Não foram encontradas outras fontes que atualizassem a situação infraestrutural da comunidade.

11. Comunidade de Remanescentes de Quilombolas da Ilha da Marambaia (Mangaratiba/RJ) – A comunidade quilombola da Ilha da Marambaia descende dos escravos de duas antigas fazendas de café do século XIX, de então

propriedade de Joaquim José de Souza Breves, intitulado proprietário da Ilha da Marambaia. Breves morre em 1889 e segundo relatos de moradores da região, o proprietário promete doar a Ilha da Marambaia às famílias de seus escravos. No entanto tal doação não foi formalizada através de documentos, o que culminou em vendas consecutivas da Ilha até a sua doação em 1939 ao Abrigo Cristo Redentor que foi responsável pela construção da escola profissional de Pesca, a Escola Técnica Darcy Vargas, que marcou um período de prosperidade na Ilha (KOINONIA, 2005). Os moradores da Ilha praticavam a agricultura e a pesca como fonte de subsistência, que após a chegada da Escola passaram a ter a pesca também como fonte de renda (ARRUTI, 2003). No entanto, em 1971 após o fechamento da escola, a Ilha foi reincorporada à União sob administração do Ministério da Marinha, que passa a exercer nova dinâmica repleta de restrições à comunidade negra residente. As imposições impediam os moradores de construir, reformar e ampliar suas casas, de cultivar as plantações de subsistência, e 1998 foram emitidas ações judiciais de Reintegração de Posse sob a alegação de que os moradores seriam invasores da área. Após o comando da Marinha os movimentos de organização comunitária foram intensificados e sob influência da Vitória – Associação para o Desenvolvimento Socioeconômico e da Fundação Cultural Palmares, o Ministério Público Federal entra com uma Ação Civil Pública para solicitar o reconhecimento da comunidade como remanescente quilombola. O pedido é atendido pela juíza, que determina a necessidade de reconhecimento do grupo como comunidade remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares, que o faz em novembro de 2004, marcando o início do trabalho de demarcação pelo INCRA (KOINONIA, op. cit.). Antes da chegada da Escola de Pesca, o lado leste da Ilha era habitado pelos remanescentes das fazendas do Comendador Breves e designado pelos próprios moradores como a “parte escura” da Ilha, e o lado oeste era habitado por ex-funcionários e alunos da Escola constituindo o “lado claro”. Tal divisão não é mais percebida, pois a Marinha expulsou os moradores para os dois extremos, instalando-se na porção central voltada para o continente, segregando a Ilha em duas partes. Os moradores da Ilha não têm acesso à rede de esgoto e coleta regular de lixo, mas tais serviços são encontrados na área militar, o que gera mal estar na relação entre os moradores e a Marinha, explicitando a segregação entre o civil e o militar. A ilha

possui um Posto de Saúde mantido pela Marinha que realiza atendimentos emergenciais, casos mais graves são encaminhados para o continente. A escola da Ilha é administrada pela prefeitura, no entanto o transporte das professoras até a Ilha depende da Marinha e muitas vezes a duração das aulas dependem dos horários dos barcos, podendo ser de apenas duas horas. As investidas e proibições da Marinha em relação aos roçados de subsistência forçaram a comunidade a depender cada vez mais da pesca, que se encontra ameaçada pela diminuição da quantidade de pescado por conta da pesca industrial e predatória, além da poluição das águas da Baía de Sepetiba. Além disso apenas a área militar e os residentes que apoiam a Marinha possuem energia elétrica, os demais moradores usam lampiões ou bujões de gás para seu consumo, o que também inviabiliza a organização dos pescadores locais para a conservação do pescado, importante fonte de subsistência da população (NÓBREGA, 2005). Em outubro de 2015 o Ministério do Desenvolvimento Agrário entregou os títulos de propriedade de terra a 100 famílias quilombolas e caiçaras da região, configurando novo cenário à luta para a titulação da área pelos quilombolas.

11. Comunidade Remanescente de Quilombo Cabral (Paraty/RJ) – Essa comunidade era, no século XIX, uma fazenda escravista. Os avós e bisavós dos moradores foram escravos na Antiga Fazenda da Caçada, onde se situa o território de Cabral. A construção da rodovia BR-101 (Rio-Santos) gerou pressões sobre a comunidade, pois a especulação imobiliária na região aumentou, principalmente nas terras próximas à construção da rodovia e próximas do litoral (REIS, 2010). De acordo com Arruti (2008), o relatório de avaliação do IBAMA sobre as condições do território e das populações incluídas na APA do Caiuru destaca o bairro do Cabral como “uma das localidades rurais do município com menor cobertura vegetal, justamente em função da intensidade do seu uso agrícola ao longo da primeira metade do século XX e até um pouco mais recentemente”. Não por acaso os gestores públicos da APA Caiuru consideram a comunidade como uma importante área a receber trabalhos de recuperação ambiental, segundo Silva (2013). As famílias quilombolas utilizam grande parte do território para o cultivo de subsistência, atividade pecuária de pequena escala e cultivo de cana-de-açúcar para a fabricação de aguardente. Além disso, complementam o sustento com atividades artesanais tradicionais. A comunidade do Cabral

encontra-se dividida em duas partes: “cidade antiga” e “cidade nova”. Os moradores da comunidade residem na parte denominada “cidade nova”, reconhecida como uma espécie de “favela horizontal” que cresceu vertiginosamente. A opção por residir nessa parte do território deu-se porque é onde fica a escola e porque há mais oportunidades de emprego nas proximidades. A comunidade não celebra mais suas festas tradicionais religiosas, mas mantém ativa a prática do artesanato (PETROBRAS/MINERAL, 2014). A comunidade conta com a Escola Municipal José Melo, com turmas multisseriadas e posto de saúde (ARRUTI, op. cit.). A comunidade foi titulada pelo INCRA em 2015, embora a gestão da ilha ainda seja responsabilidade da Marinha. Vale ressaltar que a comunidade participa do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba.

12. Comunidade Remanescente de Quilombo Fazenda Santa Justina/Santa Isabel (Mangaratiba/RJ) - O nome da comunidade se deve a duas fazendas, Santa Justina e Santa Isabel, propriedades de Victor de Souza Breves, fazendeiro, empresário e prefeito de Mangaratiba por vários mandatos. Membro de uma das famílias mais tradicionais do sul fluminense, Victor Breves era neto do comendador Joaquim José de Souza Breves (proprietário da Ilha da Marambaia no século XIX). Na década de 1950, Victor Breves produzia na Fazenda Santa Justina a famosa bananada “Tita, que chegou a ser exportada de Mangaratiba para a Inglaterra”. Moradores da comunidade como o Sr. Manoel Ramos e o Sr. Manoel Procópio Firmino trabalharam como doceiros na fábrica. Contam que seus avós “eram do tempo da escravidão” e já vivem na localidade hoje certificada como comunidade quilombola. Na década de 1940, Victor Breves investia também no fornecimento de energia para a região de Mangaratiba e instalou na Fazenda Santa Isabel, propriedade comprada por ele em 1924, a Empresa de Luz e Força de Mangaratiba Ltda. (OBSERVATÓRIO QUILOMBOLA, 2018). A comunidade tem enfrentado problemas com fazendeiros do entrono, que barram o acesso à comunidade. Segundo Miriam Bondim, historiadora da Fundação Mario Peixoto, a Associação dos Remanescentes de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro (Aquilerj), tentou verificar o que estava ocorrendo no final de 2017, mas foi impedida de entrar nos domínios das fazendas que abrigam o território quilombola.

Como historiadora me sinto frustrada de não conseguir entrar na fazenda. Lá têm mais de 200 anos de história, cultura e biodiversidade. A luta e resistência deste povo é muito grande. Eu acompanho a história deles que é bastante tradicional. Lá dentro têm engenhos, sítios históricos belíssimos e eu não posso visitar tudo isso. Lá também tem a ruína da primeira usina que trouxe energia para Mangaratiba. Inclusive, os quilombos ajudaram a trazer a luz para a cidade. Alguns morreram eletrocutados; e hoje, ironicamente, eles não têm luz. A abolição não chegou à Santa Justina e Santa Isabel. (JORNAL ATUAL, 2017).

13. Comunidade Remanescente de Quilombo Campinho da Independência (Paraty, RJ) – No século XIX a área que hoje corresponde ao Quilombo Campinho da Independência era uma fazenda escravista, na qual os negros chegavam para trabalhar na produção da cana-de-açúcar e café. Quando abolido o trabalho escravo, no final do século XIX, as atividades comerciais enfraqueceram e o proprietário, então, doou as terras da fazenda aos seus ex-escravos, sem documentar a doação. As terras foram entregues a três mulheres negras (duas eram irmãs e a outra era prima), chamadas Antonica, Marcelina e Luísa, que as receberam do ex-dono da Fazenda Independência. Parte das terras de Campinho foi perdida para a construção da estrada BR-101 (Rio-Santos), quando os quilombolas começaram a sofrer pressões decorrentes da supervalorização das terras da região e do aparecimento de vários grileiros (REIS, 2010). Segundo estudo da CEPERJ (2010),

[...] os quilombolas de Campinho da Independência cultivam arroz, feijão, milho, aipim e cana-de-açúcar. Frutas como manga, graviola e laranja são as mais abundantes. Muitos homens trabalham na cidade de Paraty, enquanto as mulheres se dedicam à produção de subsistência. A maioria dos moradores são artesãos e seus balaies, cestos e peneiras, entre outros artefatos caseiros, são apreciados pelos turistas que visitam a região de Paraty. (CEPERJ, op. cit.).

Na comunidade há uma casa de farinha de uso coletivo e às margens da Rodovia Rio-Santos, no acesso ao Quilombo, há um restaurante com gastronomia étnica, administrado pela comunidade. O Quilombo do Campinho mantém também a Casa do Quilombo, na qual estão expostos os utensílios e os materiais de trabalho usados por seus moradores, além de um amplo acervo fotográfico

(CEPERJ, 2010). A comunidade conta com uma Escola Municipal de ensino fundamental e um posto de saúde. Em relação às tradições culturais, a comunidade pratica o Jongo, a Capoeira, a Folia de Reis e a Ladainha (também conhecida como terço cantado) no dia 23 de novembro. É importante destacar que o Quilombo do Campinho da Independência encontra-se no interior da Reserva Ecológica da Juatinga e da APA de Cairuçu, ocorrendo dessa forma sobreposição de interesses e restrições ao uso dos recursos naturais para atividades tradicionais (PETROBRAS/MINERAL, 2014). O núcleo urbano que se instalou no entorno da comunidade a partir da construção da BR-101 (em meados dos anos 1950) trouxe como efeito deletério a poluição do Rio Carapitanga, o que prejudicou a atividade da pesca. Muitos moradores trabalham nos condomínios de alto padrão localizados próximos à comunidade para completar a renda familiar. As mulheres costumam trabalhar como empregadas domésticas e os homens como caseiros. Houve perda substancial do território quilombola devido à construção da BR-101 (PETROBRAS/MINERAL, op. cit.). Vale ressaltar que a comunidade participa do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba e também participa ativamente da organização nacional dos quilombolas por meio da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Rurais Negras Quilombolas (CONAQ). O alto grau de articulação política da comunidade tornou o Campinho um marco simbólico e físico da organização das comunidades. Não por acaso, a comunidade articula e recebe diversas atividades que congreiam as comunidades quilombolas de diversos estados e regiões. Um exemplo recente foi o XVII Encontro da Cultura Negra, realizado na comunidade em 2015, e cujo objetivo era celebrar luta do povo negro por meio de comida típica, cultura, futebol, desfile, oficinas, filmes e shows (CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA, 2016).

14. Comunidade Remanescente de Quilombo do Cabral - (Paraty, RJ) – As cerca de 50 famílias que compõem a comunidade utilizam grande parte do território para o cultivo de subsistência e atividade pecuária de pequena escala. Há também o cultivo de cana de açúcar para o fabrico de aguardente no engenho “Coqueiro” e a manutenção de atividades artesanais tradicionais. A precariedade nos serviços de saneamento básico, a caça predatória e o extrativismo de palmito, são os principais problemas ambientais existentes na comunidade. A

comunidade do Cabral encontra-se dividida em duas partes: “cidade antiga” e “cidade nova”. Os moradores da comunidade residem na parte denominada “cidade nova”, reconhecida como uma espécie de “favela horizontal” que cresceu vertiginosamente. A opção por residir nessa parte do território deu-se porque é onde fica a escola de educação infantil - e com apenas duas salas - e porque há mais oportunidades de emprego nas proximidades. A maior parte dos moradores trabalha fora da comunidade, não havendo ali atividade agrícola significativa nem qualquer outra de geração de renda. A origem da comunidade remonta a Francisca de Alvarenga, fazendeira que deixou as fazendas Ronca, Cabral e Rio dos Meros para seus escravos mais velhos e filhos. Reconhecida pela Fundação Cultural Palmares em 2008, o quilombo do Cabral conta com um posto de saúde e há luz elétrica desde 2004, mas não há iluminação pública. Houve perda substancial do território quilombola por ação da Marinha e da construção da BR-101 (PETROBRAS/MINERAL, 2014; INCRA/CGPCT/NEAD, UFMG/OJB, CEBRAS, NUQ, 2016; OBSERVATÓRIO QUILOMBOLA, 2018).

15. Comunidade Quilombola Cafundá Astrogilda (Rio de Janeiro/RJ) – Localizada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, a comunidade é formada por descendentes de escravos da fazenda cafeeira Vargem Grande. O nome da comunidade homenageia a matriarca da localidade, Dona Astrogilda. A comunidade se localiza dentro do Parque Estadual da Pedra Branca e, segundo lideranças locais, é tratada pelo poder público como invasora da área do parque. As famílias quilombolas alegam que se estabeleceram na área muito antes da criação do parque, datada de 1974. A comunidade é formada principalmente por agricultores e se ressentem da falta de acesso a políticas públicas (O GLOBO, 2015a). Contudo, fontes indicam que a comunidade tem se inserido em projetos de agroecologia familiar urbana (SERTÃO CARIOCA, 2015).

16. Comunidade Quilombola Camorim – Maciço da Pedra Branca (Rio de Janeiro/RJ) – Também localizada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, a comunidade se originou dos escravos que trabalhavam no Engenho do Camorim. Diversos marcos culturais (como a Capela São Gonçalo do Amarante, construída pelos escravos em 1625) e naturais (como açudes e grutas) denotam a condição quilombola da comunidade. Em 2013, a construtora Living “comprou” a área, onde pretende instalar um projeto chamado “Vila da Mídia”, para abrigar os jornalistas

durante as Olimpíadas de 2016. A comunidade se ressentiu de que a demora no processo de regularização do território tenha permitido tal situação (O GLOBO, 2015a). A comunidade conta com a Associação Cultural do Camorim (ACUCA), onde são ofertadas aulas de capoeira, maculelê, dança afro e coco de roda (CEERT, 2015)

17. Comunidade Remanescente de Quilombo Dona Bilina (Rio de Janeiro/RJ) – O nome completo da comunidade é Comunidade Remanescente de Quilombola Dona Bilina da Serra do Rio da Prata. O nome de ‘Dona Bilina’ homenageia uma parteira e rezadeira muito famosa e querida entre os comunitários. Foram encontradas pouquíssimas referências, bastante colaterais ao quilombo Dona Bilina. Esses poucos indícios parecem apontar para uma comunidade rural, formada por agricultores familiares (ANTIGO RIO DA PRATA, 2017). A ausência de informações sobre a comunidade, inclusive no portal do Observatório Quilombola da KOINONIA, deve-se, possivelmente, ao reconhecimento muito recente.

18. Comunidade Quilombola da Pedra do Sal (Rio de Janeiro/RJ) – A região ocupada por essa comunidade possui mais que um histórico quilombola, já que se situa no Cais do Valongo, justamente o porto pelo qual a mão de obra escrava entrava no país. A chegada dos negros naquele local iniciou-se no século XVI, com a vinda dos escravos para carga e descarga de sal. A Associação das Comunidades Remanescentes do Quilombo da Pedra do Sal abriga 25 famílias e uma carga histórica e cultural de quase dois séculos. O quilombo compreende os largos João da Baiana e São Francisco da Prainha e alguns imóveis das ruas Sacadura Cabral, Camerino, Travessa do Sereno e Argemiro Bulcão. (CEERT, 2015). A Pedra do Sal foi tombada provisoriamente em 23 de novembro de 1984, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC, e definitivamente em 27 de abril de 1987, pela Resolução nº 23, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 11 de maio do mesmo ano. Hoje representa o testemunho cultural secular da africanidade brasileira, espaço ritual consagrado e o mais antigo monumento da história do samba carioca. Outrora chamada Pedra da Prainha, popularizou-se como Pedra do Sal, em decorrência do fato de que nas redondezas se carregava o sal. A comunidade assentou-se no local no início do século XIX, por seus moradores trabalharem no porto. Agruparam-se pela necessidade de garantir o espaço, preservar sua identidade cultural e

autodefender-se da situação de exclusão. Eram todos de origem africana, alguns ainda em regime de escravidão. O processo de reconhecimento desta comunidade teve início quando, segundo Guimarães (2008), ocorreu um conflito em torno do projeto de revitalização da área, envolvendo a retomada de alguns imóveis. Nesse processo, a valorização imobiliária da região ameaçava provocar a desterritorialização de uma parte da população, notadamente a “comunidade”, entendida como popular, homogênea e tradicional. Por se tratar de um quilombo urbano, os integrantes da comunidade trabalham em ocupações próprias do contexto urbano, Mantêm no local as tradicionais rodas de samba e demais eventos (shows de jazz, *black music* e festivais culinários) que contribuem com a preservação histórica e cultural do lugar. As lideranças locais são bastante articuladas e ativas e participam da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ e da Associação dos Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro – AQUILERJ. Os equipamentos públicos de saúde e educação utilizados são aqueles que atendem o Morro da Conceição como um todo (GUIMARÃES, op. cit.).

19. Comunidade Remanescente de Quilombo da Sacopã (Rio de Janeiro/RJ) – Possui uma área comunitária onde desenvolve atividades culturais. O Quilombo Sacopã representa um dos símbolos de resistência das inúmeras comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. É portador de um patrimônio singular, que foi construído ao longo de mais de 70 anos pela Família Pinto em meio à sua luta contra a especulação imobiliária. Esse núcleo familiar firmou seus vínculos com o espaço em 1939, quando se fixou no local, dez anos após a chegada do patriarca Manoel Pinto Jr. O espaço passou a ser realmente conhecido como área cultural nos anos 1960, quando alguns bambas do samba passaram a frequentar o morro. O processo de autorreconhecimento da família começou em 1999. Contudo, somente em 2004, conquistaram a certificação da FCP. Dada a sua localização numa área urbana, o quilombo apresenta algumas especificidades: parte de sua área, delimitada pelo INCRA como imóvel destinado à propriedade coletiva da comunidade remanescente de quilombos Sacopã, encontra-se dentro de uma unidade de conservação, o Parque Natural Municipal José Guilherme Merquior, localizado entre a APA do Sacopã e a APA do Morro dos Cabritos.

Inúmeros conflitos ocorrem com a população moradora do seu entorno (MAIA, 2011). Segundo Maia (op. cit.),

[...] os moradores, incomodados com a presença do grupo no local, alegavam que as práticas de subsistência daquela comunidade contrariam o zoneamento urbano daquela região que é considerada área residencial, o que, nessa hipótese, configuraria um impedimento legal à prática de atividades comerciais e do samba. (MAIA, op. cit.)

Nesses termos, ao longo dos anos, o Quilombo lutou contra a especulação imobiliária e impôs sua área comunitária como espaço onde desenvolve atividades culturais. Segundo Maia (2011), através das práticas cotidianas em seu modo de vida característico, a família Pinto foi capaz de possibilitar a manutenção de um meio ambiente preservado e saudável, apesar da degradação provocada pelo marcante processo de urbanização. Seu modo de vida expressa peculiaridades culturais como a religiosidade, o samba e a feijoada, e esses dois últimos aspectos foram essenciais na afirmação de uma identidade quilombola pelo grupo. A Associação Cultural Quilombo Sacopã representa uma carga histórica de 105 anos e seis gerações de remanescentes de escravos (CEERT, 2015).

20. Comunidade Remanescente de Quilombo Grotão (Niterói/RJ) – Localizada no bairro Engenho do Mato, na Serra da Tiririca, a comunidade tem sua origem ligada à história do Sr. Manoel Bonfim, que chegou aos anos de 1920 na Fazenda Engenho do Mato para trabalhar como colono. Em 1948, a fazenda faliu e a proprietária doou um pedaço de terra para 30 colonos que restaram, dentre os quais o Sr. Manoel Bonfim, que também ganhou 3.000 mudas de banana. Nos anos 1960, a especulação imobiliária chegou à Serra da Tiririca para acossar os sitiantes, que eram os colonos originais e/ou seus herdeiros, valendo-se de expedientes como botar fogo nas plantações. O poder público interveio e concedeu aos sitiantes os seus títulos de propriedade. Em 1992, um novo problema fundiário se estabeleceu: com a criação do Parque Estadual da Serra da Tiririca, os moradores vivenciaram a mudança de limites dos seus sítios e a derrubada de algumas casas. A comunidade se organizou para enfrentar a gestão do parque e, nesse processo, se autorreconheceu como quilombola. O

quilombo do Grotão possui fortes vínculos com a herança cultural africana, especialmente com a capoeira, a culinária, o samba e as religiões de matriz africana. Atualmente, a comunidade se dedica ao ecoturismo sustentável e promove feijoadas com roda de samba aos sábados, além de outras atrações culturais. A organização representativa da comunidade é a Associação da Comunidade Tradicional Engenho do Mato (ACOTEM) e a comunidade faz parte do Fórum de Comunidades Tradicionais de Niterói. A comunidade possui energia solar desde 2014. Em 2013, a principal liderança da comunidade, que era suplente de vereador, assumiu efetivamente o cargo por um mês e conseguiu emplacar a Lei Municipal 3155, que instituiu o dia 09 de agosto como o Dia Municipal de Resistência das Comunidades Tradicionais de Niterói (COMUNIDADE EM CENA, 2015/ OBSERVATÓRIO QUILOMBOLA, 2018).

II.5.3.11.2.2 – Comunidades Quilombolas na Área de Estudo – Estado de São Paulo

A **Tabela II.5.3.11.2.2-1** e a **Figura II.5.3.11.2.2-1** apresentam, respectivamente, a identificação e a localização das comunidades quilombolas nos municípios da Área de Estudo do estado de São Paulo.

Para efeito de atualização, a mais recente relação das comunidades quilombolas certificadas pela FCP, datada de 05 de março de 2018, foi consultada. A relação das comunidades que aguardam vistoria técnica ou encontram-se sob análise técnica não está disponível para consulta no sítio eletrônico da FCP. A partir dessa nova incursão, foi incluída a comunidade Rio das Minas, certificada pela FCP em maio de 2016.

Tabela II.5.3.11.2.2-1 – Comunidades quilombolas certificadas e/ ou formalmente reconhecidas na Área de Estudo – Estado de São Paulo (Fundação Cultural Palmares-FCP, 2018; Fundação Instituto de Terras – ITESP, 2018, PETROBRAS/WALM, 2011).

Município	Comunidade	Nº Famílias	Sobreposição com unidade de conservação?	Área (ha)	Etapa de regularização
Cananéia	Mandira	16	A comunidade é parte integrante e gestora da RESEX Mandira.	1.200,04	Reconhecida pelo ITESP em 2002, certificada pela FCP em 19/04/2005, portaria de reconhecimento do território no DOU (2015)
	Ariri	102	APA de Cananéia-Iguape-Peruíbe	N/D	Certificada pela FCP em 12/09/2005
	Porto Cubatão	400	APA de Cananéia-Iguape-Peruíbe	N/D	Certificada pela FCP em 19/08/2005
	Santa Maria	50	APA de Cananéia-Iguape-Peruíbe	N/D	Certificada pela FCP em 12/09/2005
	São Paulo Bagre	6	APA de Cananéia-Iguape-Peruíbe	N/D	Certificada pela FCP em 19/08/2005
	Taquari	9	APA de Cananéia-Iguape-Peruíbe	N/D	Certificada pela FCP em 19/08/2005
	Varadouro	N/D	N/D	N/D	Certificada pela FCP em 19/08/2005
	Retiro (Ex-Colônia Velha)	10	N/D	2.399,02	Reconhecida pelo ITESP em 2015; ainda sem certificação na FCP
	Rio das Minas	N/D	N/D	N/D	Certificada pela FCP em 20/05/2016
Ubatuba	Caçandoquinha, Frade, Raposa, Saco das Bananas	20	Sim, Parque Estadual da Serra do Mar	N/D	Certificada pela FCP em 04/08/2008
	Caçandoca	19	Sim, Parque Estadual da Serra do Mar	890	Reconhecida pelo ITESP em 2000; certificada pela FCP em 25/05/2005; INCRA atuou em 2006 para garantir parte do território; portaria de reconhecimento do território no DOU (2006)
	Cambury	39	Sim, Parque Estadual da Serra do Mar e Parque Nacional da Bocaina	972,36	Reconhecida pelo ITESP em 2005; certificada pela FCP em 20/01/2006
	Fazenda da Caixa	51	Sim, Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Picinguaba	N/D	Certificada pela FCP em 20/01/2006
	Sertão do Itamambuca	31	Sim, Parque Estadual da Serra do Mar	509,94	Reconhecida pelo ITESP em 2010; certificada pela FCP em 20/01/2006
Total de comunidades - 14					

Legenda: ND-Não Disponível

Figura II.5.3.11.2.2-1 – Localização das comunidades quilombolas certificadas e/ou reconhecidas formalmente na Área de Estudo – Estado de São Paulo (WALM/ PETROBRAS, 2011, ISA, 2013).

A3

A seguir, são apresentados dados sobre o histórico de formação das comunidades, características socioculturais e possíveis conflitos/potencialidades ambientais das 14 comunidades identificadas no estado de São Paulo.

1. Comunidade Remanescente de Quilombo do Mandira (Cananéia/SP) – A formação da comunidade se deu no século XIX, em 1868, quando o patriarca da família, Francisco Mandira, recebeu cerca de 2.880 hectares, em doação de sua meia irmã Celestina Benícia de Andrade (TURATTI, 2002). O patriarca de Mandira era filho de uma escrava com o fazendeiro Antônio Florêncio de Andrade, dono da fazenda que existia no local onde hoje está a comunidade. Ainda hoje, é possível ver, em pé, as grossas paredes de pedra de um provável armazém da antiga fazenda, que foi construído pelos escravos que ali viveram. Francisco dividiu o território entre seus dois filhos, Antonio Vicente Mandira e João Vicente Mandira e os descendentes deste último são os atuais moradores da comunidade. Nos anos 1970, o território Mandira foi vilipendiado por grileiros, mas o reconhecimento como comunidade quilombola, em 2002, obtido por meio do ITESP, e a atuação da Fundação Florestal do Estado no sentido de implementar uma reserva de proteção do mangue – mas de maneira negociada com a comunidade – foram ações que garantiram o uso e posse de parte do território para a comunidade. A área ocupada pelos quilombolas em meio à Mata Atlântica é contígua à Reserva Extrativista (Resex) do Mandira, que é uma área de mangue. A presença dos quilombolas na região alia atividade econômica à preservação ambiental, sendo que a principal fonte de renda dos mandiranos vem do cultivo de ostras, da extração de caranguejos, da pesca, do turismo de base comunitária e do artesanato. Em outubro de 2015, o INCRA reconheceu oficialmente como território quilombola a área apontada no Relatório Técnico-Científico, publicado no Diário Oficial do Estado em 15/03/2002, o que habilita a comunidade para prosseguir à fase de desintrusão (retirada das famílias não quilombolas da área) e, posteriormente, alcançar a titulação definitiva. A principal atividade econômica da comunidade, o cultivo de ostras, vem sendo realizada desde o início dos anos 2000 por meio da COOPEROSTRA, cooperativa que a comunidade fundou junto com extratores e cultivadores de ostras de outros bairros de Cananéia. Comercializa as ostras produzidas na Resex, através de um plano de manejo estabelecido pelo Conselho Deliberativo da Reserva, gerando

renda e garantindo a sustentabilidade ambiental. As ostras produzidas pelos cooperados são depuradas e embaladas para ser comercializada em Cananéia, Santos e São Paulo. A comunidade mantém as seguintes tradições culturais: Festa da Tainha, Ladainha (ou terço cantado), realizado na igreja da comunidade em datas especiais como a festa de Santo Antônio (padroeiro da comunidade) e missas de efemérides fúnebres. Criada em meados do ano de 2009 a Associação de Capoeira Nosso Senhor do Bonfim com a finalidade de se apresentar nas festas da comunidade e participar de torneios na região. Um grupo de 10 mulheres da comunidade faz bijuterias (brincos, pulseiras, colares) com sementes nativas. Também são feitos cestos, vassouras, aparador de panelas e enfeites para geladeira com cipó timbopeva e imbé. São vendidos na própria comunidade e em feiras de artesanato. Um grupo de mulheres confecciona bolsas, camisetas, almofadas, bonecas de pano, chaveiros, macacão de apicultura e estampa camisetas com serigrafia. Seus produtos são comercializados na própria comunidade e em feiras, além de aceitarem encomendas de encontros, congressos, etc. A comunidade tem vários atrativos turísticos, como a área de engorda de ostras no mangue, Cachoeira do Mandira, Casa de Pedra (ruína de um antigo moinho de arroz), Igreja de Santo Antonio, Tráfico de Farinha (casa de preparação de farinha de mandioca com equipamento tradicional), comida caseira com produtos locais, além da narração da história da comunidade. Conta com um grupo de monitores ambientais e recebe grupos de estudantes e turistas em geral. (QUILOMBOS DO RIBEIRA, 2011). A estrada do Ariri, via de acesso à comunidade, é muito sensível às chuvas e causa transtornos aos moradores quando não é cuidada a contento pelo poder público, especialmente aos estudantes. Em julho de 2017, havia alunos da comunidade que, mesmo matriculados em escolas do entorno e da cidade, não conseguiam frequentar as aulas desde setembro de 2016 (G1 Santos, 2017).

2. Comunidade Quilombola Ariri (Cananéia/SP) – A comunidade do Ariri está localizada em um bairro rural da porção sul do município de Cananéia. Na época da escravidão, o local era um ponto estratégico para a formação de quilombos devido às terras férteis e à proximidade com o rio. Ainda conservam identidade caiçara e praticam agricultura tradicional por meio de queima, soquete e mutirão. Os principais produtos são mandioca, batata doce e cará. Realizam festas e rezas

e possuem um grupo de Fandango que confecciona os próprios instrumentos (viola, rabeca, pandeiro e cavaquinho). Além da agricultura, os moradores dedicam-se ao atendimento de turismo de pesca amadora, à pesca artesanal. Há ainda muitos aposentados e funcionários públicos municipais e estaduais. Alguns dos moradores trabalham na construção civil para complementação de renda (PETROBRAS/WALM, 2011).

3. Comunidade Quilombola Porto Cubatão (Cananéia/SP) – Bairro urbano de pescadores e quilombolas foi fundado no século XIX. A atividade principal do bairro é a pesca, mas existem pessoas alocadas como funcionários públicos, trabalhadores da construção civil e pessoas que trabalham com turismo na alta temporada. O bairro apresenta alguns problemas ambientais como pesca predatória, sujeira na água e lixo no mangue (PETROBRAS/WALM, 2011). A Fundação ITESP ainda não iniciou os estudos de reconhecimento e demarcação territorial da comunidade e esse é um dos motivos pelos quais se têm pouca informação a respeito dessa comunidade.

4. Comunidade Quilombola Santa Maria (Cananéia/SP) – Santa Maria é um bairro rural quilombola cujo acesso é dificultado por vias com pavimentação em condições ruins. O território é organizado em pequenas propriedades rurais e os moradores ainda carecem de uma associação. A base econômica de Santa Maria é a agricultura, porém residem no bairro também funcionários públicos e caseiros. A maioria faz pequenos serviços como carpir terrenos, faxina, etc. A área tem muitas restrições ambientais para plantio por causa da vizinhança com o Parque Estadual do Lagamar. No bairro há escola, posto de saúde, transporte escolar, transporte público e agente de saúde (PETROBRAS/WALM, 2011). A Fundação ITESP ainda não iniciou os estudos de reconhecimento e demarcação territorial da comunidade e esse é um dos motivos pelos quais se têm pouca informação a respeito dessa comunidade.

5. Comunidade Quilombola São Paulo Bagre (Cananéia/SP) – A principal atividade econômica do bairro é a pesca. Os moradores também trabalham com turismo e complementam a renda como caseiros ou com trabalhos domésticos em residências de veraneio. Segundo Laerte, os moradores do bairro se conhecem, porém são desarticulados para as questões sociais coletivas, o que reflete na ausência de uma organização local (PETROBRAS/WALM, 2011). A Fundação

ITESP ainda não iniciou os estudos de reconhecimento e demarcação territorial da comunidade e esse é um dos motivos pelos quais se têm pouca informação a respeito dessa comunidade.

6. Comunidade Quilombola Taquari (Cananéia/SP) – É um bairro com poucos moradores que vivem principalmente da agricultura e de pequenos trabalhos para complementar a renda (por exemplo, carpir terrenos). É um bairro de difícil acesso por estrada não pavimentada, o que em períodos de chuvas agrava a situação de isolamento da comunidade. Com relação aos equipamentos e serviços, o bairro possui escola e energia elétrica. Por outro lado, não tem médico, apesar de possuir a edificação do Posto de Saúde. Não tem serviço de transporte coletivo, esgoto ou posto policial (PETROBRAS/WALM, 2011). A Fundação ITESP ainda não iniciou os estudos de reconhecimento e demarcação territorial da comunidade e esse é um dos motivos pelos quais se têm pouca informação a respeito dessa comunidade.

7. Comunidade Quilombola Viradouro (Cananéia/SP) – Não foram encontradas informações sobre essa comunidade.

8. Comunidade Quilombola Retiro Ex-Colônia Velha (Cananéia/SP) – A comunidade Retiro Ex-Colônia Velha ocupa suas terras desde 1860. Ela se formou de um grupo de famílias provenientes de um quilombo no município de Jacupiranga e de escravos fugidos da cidade de Cananéia. 10 famílias vivem numa área de quase 2,4 mil hectares. Seu reconhecimento pelo ITESP ocorreu em 24 de novembro de 2015. O relatório de reconhecimento indica que as famílias quilombolas

[...] sobrevivem do trabalho assalariado nas fazendas de banana e gado que existem próximas ao lugar onde moram. O grupo vive em uma estreita faixa de terra o que os impede de plantar. Essa situação levou várias famílias a deixarem o local. Existe também uma parcela de famílias que migram para morar e trabalhar nas fazendas vizinhas e quando deixam ou perdem o emprego voltam a morar na comunidade. A renda familiar em média é de um a dois salários mínimos. No bairro Colônia Velha tem luz elétrica, mas não tem sistema de esgoto. No quilombo as casas são abastecidas por água das nascentes, sendo na sua maioria de alvenaria e duas de madeira. O acompanhamento médico é feito no posto de saúde do bairro vizinho Itapitangui e os casos mais graves são encaminhados para o hospital regional de Pariqueira-Açu. Para estudar as crianças têm que ir de ônibus escolar até Itapitangui onde cursam o Ensino Fundamental I, enquanto que

para o Ensino Fundamental II e Médio têm que se deslocar até o bairro Porto Cubatão. Essa situação leva muitas crianças a saírem da comunidade para estudar, ao terminar os estudos arranjam emprego e não voltam a morar no bairro. O grupo também enfrenta problemas com relação à estrada que dá acesso ao bairro, que é de terra. Quando chove os rios da região sobem e alagam a estrada, que fica intransitável para veículos, inclusive o ônibus escolar. (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015)

9. Comunidade Quilombola Rio das Minas (Cananéia/SP) - Não foram encontradas informações sobre essa comunidade. No Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira (ISA, 2013) foi indicada a primeira sinalização de existência deste Território Quilombola, ainda sem nenhum ato normativo jurídico vinculado, considerando apontamento feito pelo Estado ou Movimento Social.

10. Comunidades Quilombolas Caçandoquinha/Frade/Raposa/Saco das Bananas (Ubatuba/SP) – A partir dos dados constantes do Relatório Técnico Científico (FUNDAÇÃO ITESP, 2000) observa-se que o território historicamente ocupado pela comunidade da Fazenda Caçandoca hoje é identificado pelos seus moradores através dos nomes de cada uma das localidades que o compõem: Praia do Pulso, Caçandoca, Caçandoquinha, Bairro Alto, Saco da Raposa, São Lourenço, Saco do Morcego, Saco da Banana, Praia do Simão. Cada um destes lugares sediou um pequeno núcleo de habitações e estes mantinham intenso relacionamento entre si. Juntos constituíam uma unidade populacional maior, que se identificava por partilhar uma origem e tradições comuns. A abrangência atual da denominação Caçandoca, englobando todos estes núcleos, baseia-se na existência pretérita da Fazenda Caçandoca, a partir e em torno da qual se formou a Comunidade etnicamente diferenciada hoje identificada como quilombola (FUNDAÇÃO ITESP, op. cit.). Segundo estudos realizados no âmbito do PEA-SP (PETROBRAS/ WALM, 2012), muitos moradores do quilombo moram de aluguel, fora da Caçandoquinha, pois não conseguem se sustentar no local devido às restrições em relação à plantação e extração de recursos da natureza. Os principais trabalhos realizados pela comunidade da Caçandoquinha estão relacionados ao turismo, prestando serviços em casas de veraneio. O fato de elas estarem reunidas no presente estudo deve-se ao fato de compartilharem o mesmo processo de certificação na Fundação Cultural Palmares.

11. Comunidade Remanescente de Quilombo da Caçandoca – O território dessa comunidade era ocupado, no século XIX, por uma fazenda cafeicultora e escravagista comprada em 1858 por José Antunes de Sá. Na área existem ruínas de um antigo engenho de cana-de-açúcar, cujo processo de tombamento foi solicitado ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (1998), além de outras evidências materiais da ocupação secular da área (SCHMITT, 1999). A formação da comunidade da Caçandoca é bem antiga e constituída a partir de ex-escravos que permaneceram no local após o declínio dos ciclos econômicos do café e da cana-de-açúcar. Havia no local uma fazenda que utilizava a mão de obra escrava, inicialmente explorando o ouro e depois plantando café e cana para produzir aguardente. Com a abolição em 1888, alguns donos de fazendas deixaram o local e, a partir daí, começou a mestiçagem (entre escravos e alguns donos de fazenda que permaneceram) e, progressivamente, a comunidade foi se constituindo tendo como principais atividades a agricultura e a pesca. O seu modo de vida, hábitos e festas, apesar de apresentarem elementos particulares, próprios da tradição afro-brasileira é, acima de tudo, um modo de vida camponês e caiçara, resultante de uma adaptação de várias tradições culturais àquele ambiente litorâneo (SCHMITT, op. cit.). Segundo o documento acima citado, o território está dividido em 34 glebas, sendo que 11 estão no nome de pessoas da comunidade, onde residem 17 famílias. As 23 glebas restantes estão sob o domínio de terceiros. Destas, três correspondem às duas escolas municipais e à igreja, construída pela Comunidade em 1962, de propriedade da Mitra Diocesana de Santos; em cinco glebas existem benfeitorias (casas de veraneio) e nas outras quinze não existe nenhuma forma de ocupação. De acordo com pesquisa realizada no âmbito do Programa de Educação Ambiental – São Paulo/PEA-SP (2011) - as atividades econômicas da comunidade estão relacionadas à pesca e ao turismo: trabalho em casas de veraneio, venda de artesanato e quiosques na praia. Contudo, no momento da pesquisa realizada no âmbito do PEA-SP, o trabalho coletivo da pesca de cerco, produção de mexilhão e fazenda marítima estava paralisada. Devido a essa situação, muitos integrantes da comunidade precisavam buscar empregos fora e fazer alguns “bicos” para se manterem. A Caçandoca tem parte de seu território hoje formalmente protegido porque decidiu tornar-se um assentamento rural (INCRA, 2016). As festas

religiosas, como as do Divino Espírito Santo, de São Benedito (santo negro), de São João, de Santo Antônio, de São Pedro (padroeiro dos pescadores), eram muito comuns na região. Atualmente, as festas de São Benedito e do Divino estão voltando à comunidade. Esta última movimenta todo o município de Ubatuba, uma vez que sua estrutura consiste em levar a bandeira do Divino em procissão a diversas casas, durante vários dias. Os moradores da Caçandoca fazem parte do percurso e acompanham a procissão da Maranduba até o Simão (CPISP, 2016). A diretoria da Associação Quilombo Caçandoca é bastante ativa na luta por melhorias nas condições da vida da comunidade, melhorias essas que são, via de regra, extensíveis às comunidades Caçandoquinha/Frade/Raposa/Saco das Bananas. No final de 2017, a Associação conseguiu firmar uma parceria com a prefeitura para recuperar as pontes da Caçandoquinha e da Caçandoca, por meio de trabalho em mutirão, realizado por funcionários da prefeitura em conjunto com os moradores das comunidades (PREFEITURA DE UBATUBA, 2017). Vale ressaltar que a comunidade participa do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba.

12. Comunidade Remanescente de Quilombo Cambury (Ubatuba/SP) – Essa área, no início de sua ocupação, abrigou vários núcleos de escravos foragidos de fazendas de São Paulo e do Rio de Janeiro. A Fazenda Cambury, tal como as demais da região, era produtora de cana-de-açúcar e café para exportação, baseando a produtividade na mão de obra escrava. A partir da segunda metade do século XIX entrou em decadência, tendo suas terras divididas e doadas, vendidas ou mesmo abandonadas. Até a década de 1960, quase a totalidade dos moradores do Cambury era formada por descendentes das famílias de escravos que fundaram a comunidade. Segundo Branco (2007),

[...] ao que tudo indica, a Fazenda Cambury foi ocupada, por compra e doação, por núcleos de escravos que nela trabalhavam. Este núcleo de escravos agregava-se a outros núcleos, vindos de outras regiões. O quilombo permaneceu relativamente isolado até a década de 1970, quando uma série de acontecimentos ameaçou sua permanência em suas terras e trouxe mudanças para seu modo de vida. (BRANCO, op. cit.)

Dentre esses acontecimentos destaca-se a construção da rodovia BR-101, que atraiu para a região a especulação imobiliária, a grilagem, novas empresas,

contribuindo para pressionar as antigas terras da comunidade. Na comunidade há o Ponto de Cultura Jambeiro, implantado há uns 20 anos, através de um projeto voluntário que hoje conta com o apoio do Governo do Estado de São Paulo por meio do MinC e Governo Federal. As atividades realizadas pelo projeto envolvem a criação de biblioteca, videoteca, reciclagem de orgânicos, um telecentro disponibilizado em parceria do Ministério das Comunicações com Furnas, antena para telefone celular, resgate da cultura retomando a corrida de canoa, danças tradicionais como a ciranda, congada, jongo, entre outros. Em 2011, a comunidade era constituída por 36 famílias. As principais atividades econômicas da comunidade estão relacionadas à agricultura familiar, artesanato, pesca e turismo, sendo que os mais jovens trabalham em serviços da construção civil. Havia cinco casas de farinha espalhadas pela comunidade, porém a produção era artesanal e para a própria subsistência (PETROBRAS, 2011). A criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina, em 1972, e do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), em 1977, nas terras da comunidade, impuseram algumas restrições para a prática da agricultura e do extrativismo. Essa sobreposição de territórios tem sido objeto de conflitos de uso, embora o Cambury seja a única comunidade com um Plano de Uso Tradicional (PUT) previsto no Plano de Manejo do PESM (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2006). Vale ressaltar que a comunidade participa do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba. Importante ressaltar que os quilombolas de Cambury são também pescadores artesanais e caiçaras.

13. Comunidade Remanescente de Quilombola Fazenda da Caixa (Ubatuba/SP) – A comunidade do Quilombo Fazenda da Caixa está situada na região norte de Ubatuba, quase divisa com Paraty (RJ). De acordo com Branco (2007) é a única comunidade em que todos os membros descendem diretamente de ex-escravos. Com o falecimento da proprietária da fazenda, Maria Alves de Paiva, em 1884, teve-se conhecimento de sua declaração em testamento, em que manifestou o desejo de que seus escravos fossem libertos e que pudessem habitar certas áreas da Fazenda. Contudo, ao longo do tempo, a Fazenda Picinguaba teve vários proprietários. Em 1951, a fazenda foi hipotecada pela Caixa Econômica do Estado de São Paulo, situação que perdurou até 1974. Por isso, a propriedade também é conhecida como Fazenda da Caixa ou "Casa da

Farinha", visto que foi adaptada para a produção de farinha de mandioca, na década de 1950. Como está situada no Núcleo Picinguaba, uma área de preservação que impede o plantio de mandioca na quantidade necessária para realizar a produção de farinha, a Casa da Farinha funciona esporadicamente. Segundo a pesquisa realizada no âmbito do PEA-SP (PETROBRAS/ WALM, 2011) a comunidade desenvolve o Projeto Juçara, que tem por objetivo divulgar e expandir a utilização dos frutos da Palmeira de Juçara para produção de polpa alimentar, reduzindo assim a extração ilegal destas palmeiras. Este projeto é uma parceria do IPEMA/PESM/Prefeitura e PETROBRAS. Proposto pelo IPEMA (Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica) em parceria com AKARUI – Associação para Cultura, Cidadania e Meio Ambiente, abrange os municípios de Ubatuba, São Luiz do Paraitinga e Natividade da Serra, que integram áreas do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), nos Núcleos Picinguaba e Santa Virgínia. Na região do Núcleo Picinguaba, integrante da Área de Estudo, os participantes são predominantemente comunidades tradicionais (quilombolas e caiçaras) (IPEMA, 2013). Dada a proibição de roças no local, a atividade agrícola foi bastante reduzida, restando como alternativa as atividades vinculadas ao turismo. Nessa perspectiva, a comunidade tenta resgatar a cultura e os costumes tradicionais (as danças, as comidas típicas, o melado da cana, as plantações, entre outros) como diferencial para a exploração do turismo local. A comunidade tem se manifestado recentemente para cobrar do poder público melhorias nas suas condições de vida. O posto de saúde da comunidade está inacabado e há atendimento médico apenas uma vez por mês. Devido à falta de escola na comunidade, as crianças têm que caminhar cerca de 3 km até o ponto de ônibus que as conduz às escolas do entorno. Quando o rio que corta a comunidade enche, cerca de 15 famílias ficam ilhadas devido à falta de ponte (ACONTECE EM UBATUBA, 2018). A comunidade participa do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba.

14. Comunidade Remanescente de Quilombo Sertão do Itamambuca (Ubatuba/SP) – No Relatório Técnico Científico de reconhecimento da comunidade (ANDRADE, 2008) consta que membros da comunidade descendem dos escravos de Modesto Barbosa. Segundo estudos realizados no âmbito do PEA-SP (PETROBRAS/ WALM, 2012), está ocorrendo perda quase total das

atividades tradicionais na comunidade. Isso se deve em parte às proibições ambientais, especulação imobiliária e atividades de turismo. Hoje, a principal atividade econômica refere-se aos serviços gerados no condomínio de Itamambuca e pela rede hoteleira da região: jardinagem, faxina e funções de caseiro. A comunidade não possui mais as casas de farinha e não pratica mais a caça e a extração de plantas para uso medicinal. Somente cultiva pequenas hortas e cria galinhas. Neste contexto, o artesanato mantém-se como uma forma de complementar a renda das famílias (ANDRADE, op. cit.). No interior do condomínio de Itamambuca funciona uma escola municipal e um posto de saúde. A comunidade participa ativamente do Fórum das Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba. No segundo semestre de 2017, recebeu visita do MPF, INCRA, ITESP, FUNAI e, no mês de dezembro de 2017, o INCRA iniciou as atividades de demarcação territorial da comunidade quilombola. O intercâmbio entre os quilombolas e os indígenas da TI Boa Vista Sertão do Promirim parece estar se intensificando (informações extraídas das postagens na página da comunidade na rede social Facebook, março/2018).

Importante dizer que em Ubatuba há um Conselho Municipal de Comunidades Quilombolas, instituído pela Lei n. 3763, de 16 de junho de 2014, no qual as comunidades Caçandoca, Cambury, Fazenda da Caixa e Sertão do Itamambuca têm assento.

II.5.3.11.3– Identificação e caracterização dos povos e terras indígenas nos municípios da Área de Estudo

Os povos indígenas existentes na Área de Estudo são os Guaranis (Guaranis, Guarani Mbyá e Guarani Ñandeva). Para descrever tal etnia foram utilizadas duas principais referências bibliográficas: Ladeira (1984) e Ladeira & Azanha (1998).

Os Guaranis são conhecidos por distintos nomes: Chiripá, Kaingua, Montes, Baticola, Apyteré, Tembikuá, entre outros. No entanto, sua autodenominação é Avá, que significa, em Guarani, “pessoa”. A população dos índios Guarani no litoral sudeste é composta pelos Mbyá e Ñandeva. Os Mbyá identificam seus “iguais”, no passado, pela lembrança do uso comum do mesmo tipo de tambeao (veste de algodão que os antigos teciam), de hábitos alimentares

e de expressões linguísticas. Reconhecem-se coletivamente como Ñandeva ekuéry (“todos os que somos nós”).

A despeito dos diversos tipos de pressões e interferências que os Guaranis vêm sofrendo no decorrer de séculos e da grande dispersão de suas aldeias, os Mbyá se reconhecem plenamente enquanto grupo diferenciado. Dessa forma, apesar da ocorrência de casamentos entre os subgrupos Guarani, os Mbyá mantêm uma unidade religiosa e linguística bem determinada, que lhes permitem reconhecer seus iguais mesmo vivendo em aldeias separadas por grandes distâncias geográficas e envolvidas por distintas sociedades nacionais.

Até as primeiras décadas do século XX, os Ñandeva constituíam a maioria da população Guarani no litoral de São Paulo. Levantamentos realizados a partir das décadas de 1960 e 1970, e a crescente visibilidade das aldeias na atualidade, comprovam que os Mbyá passaram a predominar numericamente, em toda a faixa litorânea do Rio Grande do Sul ao Espírito Santo. Os Tamoios ou Tupinambás (Família Tupi) ocupavam a região do estado do Rio de Janeiro até Ubatuba, formando uma confederação de tribos, a Confederação dos Tamoios.

Historicamente, a Confederação dos Tamoios, aliada aos franceses durante 10 anos (1555-1565), ameaçou o povoamento português das capitanias do sul. Contudo, findou derrotada pela ação dos governadores gerais, com reforço do Espírito Santo e São Vicente e dos índios Temiminós, liderados por Arariboia, aliados dos franceses que viviam na Baía de Guanabara.

Após a expulsão dos franceses os Tupinambás tiveram suas aldeias destruídas e suas terras ocupadas e distribuídas entre portugueses. Os sobreviventes desse processo fugiram para além da Serra do Mar. A família linguística tupi-guarani dominou, por muitos anos, o litoral de São Paulo e o do Rio de Janeiro.

Os índios Guarani preservam seus costumes tradicionais como a língua, as danças e, principalmente, as manifestações religiosas. A despeito do constante contato com os não índios, muitas aldeias não permitem a miscigenação. Esses índios são agricultores de subsistência, plantando arroz, mandioca, entre outros. E em muitas aldeias existem escolas onde o ensino é bilíngue.

No Rio de Janeiro, os primeiros habitantes que os colonizadores europeus encontraram foram os Tupinambás, da família Tupi, espalhados em aldeias

formadas por cerca de 500 a 3.000 indígenas cada. Os povos da família Tupi e os da família Puri – menos conhecidos, mas ocupando grande extensão do território do estado do Rio de Janeiro – foram os que contribuíram, decisivamente, para a formação étnica do povo fluminense.

Nas terras que hoje correspondem ao estado do Rio de Janeiro viveram indígenas de pelo menos 20 idiomas diferentes, pertencendo todos (menos um não classificado) a quatro grandes famílias linguísticas (Tupi, Puri, Botocudo e Maxacali). A dificuldade de precisão da localização desses grupos se deve ao fato de que permanentemente se movimentam a procura de novas terras para plantio e territórios para caça, a busca da “Terra Sem Males” ou “Paraíso Terrestre”.

A família linguística Tupi ou Tupi-Guarani, Tupinambá ou Tamoio vivia nas zonas de lagunas e enseadas do litoral do Cabo Frio até Angra dos Reis; Temiminó ou Maracajá, na Baía de Guanabara. Dos inúmeros aldeamentos existentes no Rio, formados em sucessivas datas ao longo de um período colonial, muitos deram origem às atuais cidades e sedes de municípios.

Apenas 15 desses aldeamentos chegaram ao século XIX conservando elementos da identidade tribal, dentre eles destacam-se: Aldeia de São Lourenço – Niterói; Aldeia de São Francisco Xavier – Itaguaí; Aldeia Nossa Senhora da Guia – Mangaratiba.

Durante todo o período republicano (século XX), os índios deixaram de figurar no mapa da cidade e do estado do Rio de Janeiro e na documentação oficial, reaparecendo na década de 1950, quando os índios Guarani, migrando do sul do país, estabeleceram três aldeias em Angra dos Reis e Paraty, onde permanecem até os dias atuais. No litoral brasileiro essas comunidades indígenas são constituídas por grupos familiares que, historicamente, procuram formar suas aldeias nas regiões montanhosas da Mata Atlântica – Serra do Mar, da Bocaina, do Tabuleiro, etc.

Entre os antropólogos há unanimidade quanto às dificuldades de quantificar os Guaranis. No caso dos Mbyá, prevalece uma rede de parentesco e reciprocidade que se estende por todo o seu território, implicando uma dinâmica social que exige intensa mobilidade (visitas de parentes, rituais, intercâmbios de materiais para artesanato e de cultivos etc.). Além disso, algumas aldeias

apresentam contingente populacional composto por descendentes de casamentos mistos entre Ñandeva e Mbyá.

Há ainda outros aspectos, entre os quais: o acesso a algumas aldeias ou moradias, dificuldades de obtenção de informações nas comunidades e, sobretudo a aversão dos Guaranis aos recenseadores, pois entendem que a contagem se trata de uma forma de controle do Estado.

Para os Mbyá, o “conceito de território” supera os limites físicos das aldeias e trilhas e está associado a uma noção de “mundo” que implica na redefinição constante das relações multiétnicas, no compartilhar espaços etc. Os Guaranis Mbyá mantêm a configuração de seu “território tradicional” através de suas inúmeras aldeias distribuídas em vasta área, abrangendo regiões no Paraguai, na Argentina, no Uruguai e no Brasil, constituindo-se o mar seu limite terreno.

O domínio de seu território, por sua vez, se afirma no fato de que suas relações de reciprocidade não se encerram exclusivamente nem em suas aldeias, nem em complexos geográficos contínuos. Elas ocorrem no âmbito do “mundo” onde se configura seu território. Desse modo, o domínio de um amplo território é exercido através das dinâmicas sociais, econômicas, políticas e de movimentos migratórios realizados ainda hoje, por famílias Mbyá.

Os índios Guarani-Mbyá do litoral procuram fundar suas aldeias com base nos preceitos míticos que fundamentam especialmente a sua relação com a Mata Atlântica, na qual, simbólica ou praticamente, condicionam sua sobrevivência. Esses lugares, procurados ainda hoje pelos Mbyá, apresentam, através de elementos da flora e da fauna típicos da Mata Atlântica, de formações rochosas e mesmo de ruínas de edificações antigas, indícios que confirmam essa tradição.

Complementando, tem-se que a aldeia Tekoa Sapukai (município de Angra dos Reis), e as aldeias Tekoa Araponga, no bairro Patrimônio, Tekoa Rio Pequeno, Tekoa Itati, no bairro Paraty-Mirim, e Tekoa Arandu Mirim, no bairro Saco de Mamanguá (municípios de Paraty) são formadas por Guarani-Mbyá que permaneceram na parte sul da América do Sul, tendo migrado para regiões do litoral do sudeste brasileiro. O Guarani é um povo que vive em movimento, circulando entre as aldeias, lutando pela preservação da terra, seja pela questão da sobrevivência, pela religiosidade, ou procurando o convívio e a proximidade dos parentes.

Na Área de Estudo foram identificadas 11 terras indígenas, seis no estado do Rio de Janeiro e cinco no estado de São Paulo. Houve discrepância de dados entre as diversas fontes pesquisadas quanto aos municípios que abrigam algumas terras indígenas e quanto à etapa do processo de regularização fundiária. Nestes casos, privilegiou-se a informação advinda da FUNAI como fonte oficial.

II.5.3.11.3.1 – Terras Indígenas na Área de Estudo – Estado do Rio de Janeiro

A **Tabela II.5.3.11.3.1-1** e a **Figura II.5.3.11.3.1-1** apresentam, respectivamente, a identificação e a localização das terras indígenas regularizadas nos municípios da Área de Estudo no estado do Rio de Janeiro.

Tabela II.5.3.11.3.1-1 – Terras indígenas na Área de Estudo – Estado do Rio de Janeiro
(Fundação Nacional do Índio - FUNAI, 2018; Instituto Socioambiental – ISA, 2018).

Município	Terra indígena	Etnia	População (número de indivíduos)	Área (ha)	Fase do procedimento	Sobreposição com unidade de conservação?
Paraty	Araponga	Guaraní Mbyá	40	213	Homologada	Sim. APA Cairuçu e Parque Nacional Serra da Bocaina (100%)
	Parati-Mirim	Guaraní	171	79	Homologada. Mas há uma ampliação da terra indígena em estudo.	Sim. APA Cairuçu
	Arandu-Mirim	Guaraní	28	N/D	Em identificação	Sim. APA Cairuçu.
	Guarani do Rio Pequeno	Guarani	20	N/D	Em identificação	Provável. Parque Nacional da Serra da Bocaina.
	Tekoha Jevy	Guaraní	N/D	N/D	Em identificação	N/D
Angra dos Reis	Bracui	Guaraní	379	2.127	Homologada	Sim. Parque Nacional da Serra da Bocaina

Legenda: N/D - Não Disponível.

Figura II.5.3.11.3.1-1 – Localização das terras indígenas na Área de Estudo – Estado do Rio de Janeiro (Fundação Nacional do Índio - FUNAI, 2018; CTI, 2018)¹.

A3

¹ Não foi possível colher informações sobre a localização da TI Tekoha Jevy, em Paraty, mesmo após diligências telefônicas realizadas junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e ao Posto Indígena da FUNAI-Bracuí (localizado em Angra dos Reis e responsável pelas TIs da Costa Verde e de Ubatuba).

Abaixo são apresentadas descrições das Terras Indígenas (TI) existentes na Área de Estudo, no estado do Rio de Janeiro, tanto as homologadas/regularizadas, quanto as que estão em processo de identificação pela FUNAI.

1. TI Araponga (Paraty/RJ) – Os guaranis, do subgrupo Mbyá, vieram do Paraná e Santa Catarina e fixaram-se em Paraty. Somente em 1972, com a abertura da Rodovia Rio-Santos, eles foram “descobertos” pelos fluminenses e o restante do Brasil. Até então, não havia oficialmente índios no Rio desde 1888, e os guaranis não faziam parte dos grupos que tinham habitado o estado (O GLOBO, 2014). Homologada em 1995, a aldeia de Araponga compreende 213 ha e apresenta grande dificuldade de acesso. Está localizada ao sul do município, na Vila do Patrimônio, é a mais antiga área ocupada pelos indígenas na região e também aquela que apresenta maior preservação do seu ambiente natural. A TI foi reconhecida sem a ocorrência de conflitos locais (CARDOSO, 2000). Possui um posto de saúde com consultório médico e odontológico, que foi inaugurado em 2005, e conta com uma sala de extensão da Escola Estadual Guarani localizada na TI Bracuí, em Angra dos Reis. Em 2011, recebeu o projeto Cultura de Fibras, do IPHAN (MinC). Os indígenas vivem da agricultura de subsistência (mandioca, milho, feijão, batata-doce) e da venda de artesanato no centro de Paraty e no bairro Trindade. A TI está integralmente no interior de unidades de conservação e o cacique Augustinho da Silva assim exprime a situação da população indígena:

Não podemos caçar e nem cortar nenhuma árvore. Então, que o governo nos ofereça cestas básicas. Não temos banheiros nem material de aula para as crianças... Há dois anos, a cidade tinha três carros para carregar os doentes nas tribos, hoje só tem um. (apud O GLOBO, op. cit.)

Outra queixa é de que a gestão das UCs não permite melhorias na estrada de terra de sete quilômetros que liga a TI ao bairro Vila Patrimônio. Vale ressaltar que os indígenas participam do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba.

2. TI Paraty-Mirim (Paraty/RJ) – Na área indígena de Paraty-Mirim, a demarcação e a homologação se deram de forma conturbada devido à existência de posseiros dentro das terras indígenas. Essa área encontra-se à margem de

uma estrada que dá acesso à importante praia da região, bastante frequentada por turistas e por onde trafegam ônibus urbanos diariamente (CARDOSO, 2000). A área, que compreende 79 ha, encontra-se em uma região mais devastada de Mata Atlântica. Esse grupo, proveniente da TI Rio das Cobras, no oeste do Paraná, chegou ao sul fluminense no início da década de 1990, instalando-se primeiro na aldeia Sapukai, em Angra dos Reis, depois em Araponga e, por fim, reocupando a área de Paraty-Mirim, que teve sua demarcação homologada em janeiro de 1996. A aldeia abriga a Escola Estadual Guarani Tava Mirim, que possui biblioteca, computador e aplica um método de ensino, em guarani, das disciplinas tradicionais. Há um posto médico em funcionamento desde 2004. As famílias indígenas, assim como as da TI Arapongas, vivem da agricultura de subsistência (mandioca, milho, feijão, batata-doce) e da venda de artesanato às margens da estrada que corta a aldeia de Paraty-Mirim, em pequenas tendas montadas para esse fim, e nas ruas do centro histórico de Paraty. Segundo Mendes (2009), algumas poucas pessoas optam por vender parte do que produzem a algumas lojas na cidade. De acordo com o autor, frequentemente alguns homens são “contratados” para prestar algum tipo de serviço em propriedades da região e muitas vezes para trabalhar na limpeza de um terreno onde será iniciada uma plantação. É comum também que os homens se envolvam em trabalhos de mutirões, organizados pela associação de moradores de Paraty-Mirim. Em 2012, solicitaram à FUNAI a ampliação da área, porque não há mais espaço para construir casas e plantar no terreno acidentado da TI. Em 2011, recebeu o projeto Cultura de Fibras, do IPHAN (MinC) e em 2014 sua loja no Museu do Índio, na cidade do Rio de Janeiro. Um dos destaques culturais da TI é o Coral de Índios composto por 20 crianças e adolescentes que recuperam a antiga cultura musical da etnia Guarani. Além das vozes, o grupo resgata instrumentos esquecidos de sua tradição, como os tambores angua-pú, a rabeca de três cordas rave-í e o bastão feminino de ritmo tacua-pú (SECRETARIA DE CULTURA DO RIO DE JANEIRO, 2015). O acesso à aldeia é por estrada asfaltada. Os indígenas recebem grupos de visitantes, porém é preciso agendar e combinar roteiro e preço. No passeio guiado, que dura cerca de duas horas, é feita uma pequena palestra introdutória e em seguida é mostrado o cotidiano, um pouco da cultura indígena e o rico artesanato. Uma apresentação musical com

jovens cantando em coral e tocando violino e violão também faz parte do roteiro que, no futuro, pretende incluir uma mostra de tiro ao alvo com arco e flecha. (GUIA CULTURAL DA COSTA VERDE, s/d). Vale ressaltar que os indígenas participam do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba.

3. TI Arandu Mirim (Paraty/RJ) – Arandu Mirim está localizada no bairro Saco do Mamangá e fica distante do continente: seu acesso se dá, somente via embarcação ou por cerca de duas horas de caminhada a partir da sede urbana do município (CEPERJ, 2010). Está em processo de identificação desde 2008 (ISA, 2015). Há informação da existência de um proprietário particular na área que, por meio de um acordo verbal, permite a presença dos Guaranis na região. Em 2010, o relatório de identificação de Arandu Mirim já havia sido entregue e aguardava avaliação da FUNAI (CEPERJ, op. cit.). De acordo com Daher et al. (2014), em sua pesquisa realizada em Arandu Mirim entre 2008 e 2009, não havia unidade de saúde na TI; o atendimento era realizado na TI Paraty-Mirim. Não foram encontrados dados recentes disponíveis sobre essa TI.

4. TI Rio Pequeno (Paraty/RJ) – A aldeia de Rio Pequeno está localizada próxima à localidade de Rio Pequeno, com acesso pela rodovia Rio–Santos. Está em processo de identificação desde 2008, mas ainda não conseguiu passar da primeira fase de estudo (CEPERJ, 2010; ISA, 2015). Não foram encontradas outras informações sobre essa TI. Vale ressaltar que os indígenas participam do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba.

5. TI Tekoha Jevy (Paraty/RJ) – Localizada na Serra da Bocaina, a TI é de difícil acesso (O GLOBO, 2015b). Não foram encontradas outras informações sobre essa TI.

6. TI Bracuí (Angra dos Reis/RJ) – A reserva indígena de Bracuí pertence aos povos Guarani-Mbyá e sua população é natural de diversos estados: São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo, transferidos sob anuência da FUNAI na década de 1980. A Aldeia Sapukai, que compõe a TI Bracuí, é a maior do Rio de Janeiro, em território e em população, abrangendo uma área de 2.127 ha. A garantia de seu território só ocorreu em 1989 com a demarcação da terra e sua homologação em 1994. A área localiza-se no bairro do Bracuí, distrito de Angra dos Reis, no Parque Nacional da Bocaina, região de

Mata Atlântica. A aldeia conta com a Escola Indígena Estadual Guarani Karai Kuery Renda, com luz elétrica convencional desde 2002 e com unidade de saúde (ISA, 2015). Segundo estudos realizados pelo CEPERJ (2010), os índios Tekoa Sapukai têm produzido artesanato de cana, palha, raiz e cipó e utilizam tinta vegetal, que está desaparecendo na região, sendo substituída pela tinta de tecidos e de papel carbono. Os produtos artesanais são vendidos ao longo da rodovia Rio-Santos e em um box da prefeitura na área central de Angra dos Reis. As peças mais comercializadas são os cestos ou balaies, denominados ajaka, que possuem, quando são grandes, uma tampa reforçada com cipó guaembé e uma grossa lista circular de taquara, com diferente trançado. Em 2007 a Aldeia Tekoa Sapukai foi contemplada com um Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional. Este projeto, em 2010, ainda estava sendo realizado sob o patrocínio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Prefeitura de Angra do Reis, pela Secretaria de Ação Social. Através desse projeto, apoiado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado do Rio de Janeiro – EMATER, desenvolvia-se a criação de Tilápias, criação de Galinhas D'angola e manutenção de um viveiro de mudas frutíferas. A produção de alimentos para subsistência, base de sobrevivência desta comunidade, inclui o plantio de diversos produtos: batata-doce, milho, mandioca, cana e frutas, tais como: banana, abacate, coco, laranja, açaí e acerola. A sobrevivência do grupo depende também da caça e da coleta de frutos da Mata Atlântica, de onde também extraem a matéria prima para confecção dos objetos que utilizam no seu cotidiano e para fazer suas peças de artesanato. A sobrevivência desta comunidade conta também com apoio do PBF, que alcançava em 2010 uma proporção de 52%. As tradições culturais desse povo vêm sendo mantidas ao longo dos anos através da prática religiosa Opy reguá, de cantos, danças (sondaro, tangara) e da prática do arco e flecha. A alimentação da população também guarda relação com seu passado, incluindo o uso de farinha, tapioca, kaguity (bebida), além das frutas e alimentos por eles cultivados e coletados. Em 2011, a aldeia participou do projeto Casa de Reza Tradicional Guarani no Museu do Índio e, em 2012, participou do projeto confecção de cadernos com a arte tradicional Guarani, ambos de responsabilidade do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Em 2013, recebeu a implementação de nove Pontos de Cultura Indígena

por meio do Ministério da Cultura do Governo Federal (Instituto Socioambiental, 2015).

Importante ressaltar que o Ministério Público Federal tem promovido ações em prol dos povos indígenas de Angra dos Reis e Paraty. Entre 21 e 23 de junho de 2017, houve a realização do II Encontro de Justiça Socioambiental da Bocaina - Direitos Indígenas, que buscou aprofundar o diálogo sobre políticas públicas específicas para povos indígenas nas áreas de saúde e educação e discutir também os grandes empreendimentos que afetam direta e indiretamente as comunidades da região de Angra dos Reis e Paraty (ISA, 2017).

II.5.3.11.3.2 – Terras Indígenas na Área de Estudo – Estado de São Paulo

A **Tabela II.5.3.11.3.2-1** e a **Figura II.5.3.11.3.2-1** apresentam, respectivamente, a identificação e a localização das terras indígenas nos municípios da Área de Estudo no estado de São Paulo.

Tabela II.5.3.11.3.2-1 – Terras indígenas na Área de Estudo – Estado de São Paulo
(Fund. Nac. do Índio-FUNAI, 2018; Com. Pró-Índio do Estado de São Paulo – CPISP, 2013, Inst. Socioambiental – ISA, 2018).

Município	Terra indígena	Etnia	População (nº de indivíduos)	Área (ha)	Fase do procedimento	Sobreposição com unidade de conservação?
Ubatuba	Boa Vista Sertão do Promirim	Guaraní Mbyá	175	906	Homologada	Sim, Parque Estadual da Serra do Mar (100%)
				5.420	Delimitada	
Santos/São Sebastião	Guarani do Ribeirão Silveira	Guaraní (Mbyá e Nandeva)	474	8500	Homologada	Sim, Parque Estadual da Serra do Mar (79,5%)
Itanhaém	Rio Branco do Itanhaém	Guaraní Mbyá	94	2.856	Homologada	Sim, Parque Estadual da Serra do Mar (79%) e APA Capivari Monos (22,14%)
Cananéia	Pakurity (Ilha do Cardoso)	Guarani Mbyá	130	5.730	Delimitada	Sim. Parque Estadual da Ilha do Cardoso
	Tapy'i/Rio Branquinho	Guaraní Mbyá	35	1.154	Delimitada	Não

Figura II.5.3.11.3.2-1 – Localização das terras indígenas na Área de Estudo – Estado de São Paulo (Fundação Nacional do Índio - FUNAI, 2018).

A3

Abaixo são apresentadas descrições das Terras Indígenas (TI) existentes na Área de Estudo, no estado de São Paulo, tanto as homologadas/regularizadas, quanto as que estão em processo de identificação pela FUNAI.

1. TI Boa Vista Sertão do Promirim (Ubatuba/SP) – A TI Boa Vista Sertão do Promirim, localizada no município de Ubatuba, surge na década de 1960 quando três famílias Guarani, vindas da Aldeia do Rio Silveira, instalaram-se na região. A aldeia ficava numa região de difícil acesso, cuja única ligação com Ubatuba era uma pequena trilha. Com a construção da BR-101, ligando Santos ao Rio de Janeiro pelo litoral, na década de 1970, acelerou-se a ocupação desordenada da região de Ubatuba e nesse processo se intensificou a expansão da atividade turística, a construção de residências de veraneio, a especulação imobiliária e a grilagem de terras, gerando conflitos com caiçaras e indígenas. Em 1982, segundo Macedo (2006), começou o processo de reconhecimento e demarcação das terras indígenas no estado de São Paulo, incluindo a Aldeia Boa Vista. Em 1987, o Decreto Presidencial nº 94.220 homologou a demarcação administrativa da TI da Boa Vista, com uma área de 920 ha. Em 2006, a aldeia era constituída de 50 unidades habitacionais, construídas de forma padronizada através do Programa Moradia Indígena, da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de SP – CDHU. De acordo com Macedo (op. cit.), ocorreu uma integração econômica bastante intensa entre indígenas e a população residente e flutuante de Ubatuba. Para a CPISP (2016), tal integração revela-se na demanda por consumo de bens industrializados (vestuário, eletrodomésticos, etc.) e pressiona os indígenas a obter cada vez mais dinheiro. A TI conta com a Escola Estadual Indígena ‘Aldeia Boa Vista’.

Há na aldeia um posto de saúde e a casa de uma auxiliar de enfermagem que mora há 12 anos na área e é a responsável, junto com os agentes indígenas de saúde, por prestar os primeiros socorros aos pacientes. Uma médica do município, por meio de convênio com a Funasa, presta atendimento aos índios na aldeia três vezes por semana. Os casos mais graves são encaminhados para os hospitais de Ubatuba e de São Paulo. (CPISP, 2016).

2. TI Guarani do Ribeirão Silveira (Santos/SP e São Sebastião/SP) - A TI situa-se entre os rios Ribeirão do Espigão Comprido e Ribeirão Pouso Alto, limites naturais a oeste e leste e representa um local de importância histórica, material e

simbólica para os Guaranis. Os relatos apontam o reconhecimento da área como antiga região de perambulação e habitação para os ascendentes dos Guaranis que estão em Ribeirão Silveira. Há intensa circulação de palmiteiros e caçadores no interior da TI e os posseiros ainda não foram retirados. A região limítrofe a TI sofre com a expansão urbana e pressões de projetos de desenvolvimento com objetivo de criar novas cidades e destinos turísticos ao longo da costa. Ainda que haja uma intensa alteração antrópica na região da TI, no interior da área identificada, as formações florestais ainda se encontram em ótimo estado de preservação, em que mais de 70% das formações vegetais presentes no interior da área total podem ser caracterizadas como formações florestais em estágio final de sucessão. Embora limitados pelas condições ambientais, os Guaranis tiram da mata grande parte dos alimentos para sua subsistência. A coleta, a caça e a pesca são fontes importantíssimas para manutenção física e cultural desse povo. As invasões progressivas das matas por loteamentos, palmiteiros e fazendeiros devastam grandes áreas para especulação imobiliária e deflagram mudanças no modo de vida indígena. Hoje, a coleta e a roça têm uma importância maior do que a caça e a pesca, assim como a venda de artesanatos, que também têm adquirido importância substancial. Os Guaranis vendem seus artesanatos nos finais de semana e feriados. A atividade de coleta ocorre por toda terra indígena, porém com maior intensidade nas matas localizadas em seu limite sudoeste, entre a Serra e o Morro dos Bichos. A agricultura constitui-se em uma das principais atividades da tradição Guarani, de modo geral, seja no plantio de espécies convencionais (dos "brancos") voltadas à sua alimentação e comercialização de excedentes, como, e principalmente, pela presença de vários cultivos agrícolas tradicionais do grupo, por exemplo, milho, amendoim, feijão, batata, cana-de-açúcar, etc., cujas sementes, quando da mudança das famílias para outro território, são sempre carregadas consigo para que possam, nessas novas áreas, plantá-las em suas roças. A criação de animais, também localizada nos quintais das casas, na porção sudoeste do território indígena delimitado, ocorre em escala bastante reduzida, e destina-se exclusivamente ao consumo alimentar dos Guaranis, destacando-se, neste caso, basicamente a criação de frangos e patos para consumo de sua carne e, principalmente, ovos. A pesca é realizada ao longo dos dois rios principais (Rio Vermelho e Ribeirão

Silveira). Para sua execução, os Guaranis utilizam redes, covos ou anzóis. Os peixes mais comuns são a Traíra, o Bagre e o Cará (FUNAI, 2015). A TI sofre interferência de diversos processos minerários (CPISP, 2013). Ao longo dos anos 2000, a TI recebeu uma série de projetos executados pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério do Desenvolvimento Social, relativos ao manejo do palmito Jussara (ISA, 2011; FUNAI, op. cit.), posteriormente reforçados pela Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Em 2011, a TI contava com dois projetos, um relativo à implantação de nove Pontos de Cultura Indígena e outro relativo ao fortalecimento da culinária tradicional Guarani, ambos do Ministério da Cultura do Governo Federal (ISA, 2015). A TI conta com a Escola Municipal Indígena Nhemboá Porã. Na TI Ribeirão Silveira há um posto de saúde onde há a presença, de segunda a sexta, de uma enfermeira e uma auxiliar de enfermagem. Um médico atende no posto duas vezes por semana e um dentista três vezes por semana (CPISP, 2016).

3. TI Rio Branco (Itanhaém/SP) – A TI é dividida em dois aglomerados populacionais separados pelo Rio Branco. As casas dos indígenas são de taipa ou de madeira, com cobertura de folhas de Guaricanga e outros materiais. A água provém das nascentes e é armazenada em uma caixa d'água, que, através de borrachas, abastece a comunidade. O lixo é enterrado ou queimado. A comunidade mantém roças de milho, mandioca, batata-doce, entre outras. A área é repleta de bananais – inclusive no entorno da terra há uma grande fazenda produtora de banana. A caça, a pesca e a coleta de palmito na mata são atividades econômicas importantes, bem como a comercialização desse palmito e também de artesanato em feiras livres de Itanhaém. Em 2003, foi construída a Escola Estadual Indígena Rio Branco, que oferece Ensino Fundamental da 1ª à 4ª série. Esta TI tem seu processo de regularização completo desde 1987 e não conta com posto de saúde próprio, sendo que os atendimentos da equipe médica (que vem da cidade) são realizados na escola (CPISP, 2016).

4. TI Pakurity-Ilha do Cardoso (Cananéia/SP) – Não foram encontradas informações sobre essa TI. Possivelmente isso se deve ao fato de que desde 2010 foram publicadas sucessivas portarias da FUNAI sobre o processo de identificação, mas ele parece não ter avançado (ISA, 2015).

5. TI Tapy'i – Rio Branquinho (Cananéia/SP) - 'Tapy'i', em Guarani, quer dizer “Aldeia de Antigamente”. A TI Rio Branquinho está em fase de identificação desde 2003. As moradias são construídas de madeira, barro e sapé. Os indígenas plantam mandioca, milho, palmito, pupunha, limão, mexerica, cana, banana e criam galinhas e gansos. Também realizam venda de artesanatos na praça central de Cananéia. Localizada no Complexo Estuarino Lagunar Cananéia-Iguape, a TI ainda não tem seu território demarcado, o que impossibilita o conhecimento sobre se há sobreposição com unidades de conservação e em que proporção (CPISP, 2016).

Além das cinco terras indígenas oficialmente listadas pela FUNAI, há que se destacar a aldeia Renascer, em Ubatuba, que está em fase inicial de estudo. A Aldeia Renascer fica localizada em Ubatuba, no bairro do Corcovado. Pertence à etnia guarani e é habitada por 32 pessoas, das quais 10 são crianças. A comunidade foi constituída a partir da ocupação das ocas deixadas pela produção do filme Hans Staden (1999), no qual o grupo participou como figurante. A ausência do reconhecimento oficial da comunidade dificulta o recebimento de benefícios pela aldeia, embora a comunidade tenha sido contemplada com uma classe escolar própria para índios. Embora não disponha de posto de saúde próprio, recebe assistência médica através da visita semanal de uma enfermeira destacada pela Secretaria da Saúde da Prefeitura de Ubatuba. A população sobrevive da caça, pesca, plantio de arroz, milho e mandioca, extração do palmito e da venda de artesanato (UBATUBENSE, 2014).

Para efeito de atualização, vale ressaltar que há uma nova ameaça para as TIs que se encontram em situação de sobreposição com parques estaduais no estado de São Paulo. A Lei Estadual 16.260/16 autoriza a concessão de parques estaduais a empresas privadas, que poderão explorar o turismo, o ecoturismo, a madeira, a resina e outros subprodutos florestais.

II.5.3.11.4 – Identificação de Políticas Públicas disponíveis para povos e comunidades tradicionais

As informações aqui apresentadas decorrem de consulta realizada nos sítios eletrônicos oficiais do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério do Meio Ambiente – MMA, Ministério da Cultura – MinC, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Fundação Cultural Palmares, Fundação Nacional do Índio e Secretaria Nacional de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, durante o mês de março de 2018, a fim de atualizar os dados recolhidos em 2015 sobre as iniciativas para Povos e Comunidades Tradicionais.

Após a mudança de governo em 2016, alguns ministérios que direcionavam políticas e programas para povos e comunidades tradicionais foram extintos ou substituídos por outros órgãos e modificados em suas funções. A seguir, apresentamos as principais iniciativas, programas e políticas públicas para povos e comunidades tradicionais na esfera federal, de acordo com as competências de cada ministério.

É importante destacar que se dispõe de poucas informações sobre os beneficiários das políticas públicas para povos e comunidades tradicionais e que a maioria das informações apresentadas é de âmbito geral, não podendo se precisar com exatidão o universo desses beneficiários especificamente na área de estudo.

II.5.3.11.4.1 – Ministério do Desenvolvimento Social

Inicialmente, é preciso indicar que o MDS preside a mais importante iniciativa para povos e comunidades tradicionais criada nos anos 2000 e ainda em vigor: o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT.

Criado em dezembro de 2004, sob o nome *Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais*, esse fórum articulador trocou de nome, mas manteve as mesmas diretrizes quando da edição do Decreto nº 8.750, de 09 de maio de 2016. Seu objetivo primordial é definir uma

política nacional para os grupamentos tradicionais. Na esteira dessa iniciativa, foi instituída, em 2007 a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT (Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007), ainda em vigor. As ações e atividades voltadas para o alcance dos objetivos da PNPCT ocorrem de forma intersetorial e integrada. Nesses termos, compete ao Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, coordenar a implementação desta política.

Até 2016, a comissão era composta por 15 representantes de órgãos e entidades da administração pública federal e 15 representantes de organizações próprias dos povos e comunidades tradicionais. Pela atual normativa, o agora denominado Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais possui 29 representantes das organizações próprias dos povos e comunidades e o número de representantes do governo permanece o mesmo. A eleição para o biênio 2016-2018 foi noticiada pelo sítio eletrônico do Ministério do Desenvolvimento Social em 03 de fevereiro de 2017. Os povos e comunidades tradicionais que têm assento atualmente no CNPCT são: povos indígenas; comunidades quilombolas; povos e comunidades de terreiro/povos e comunidades de matriz africana; povos ciganos; pescadores artesanais; extrativistas; extrativistas costeiros e marinhos; caiçaras; faxinalenses; benzedeiros; ilhéus; raizeiros; geraizeiros; caatingueiros; vazanteiros, veredeiros; apanhadores de flores sempre vivas; pantaneiros; morroquianos; pomeranos; catadoras de mangaba; quebradeiras de coco-babaçu; retireiros do Araguaia; comunidades de fundos e fechos de pasto; ribeirinhos, cipozeiros; andirobeiros; caboclos e juventude de povos e comunidades tradicionais.

Estas são as atribuições do CNPCT:

- I - promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com vistas a reconhecer, fortalecer e garantir os direitos destes povos e comunidades, inclusive os de natureza territorial, socioambiental, econômica, cultural, e seus usos, costumes, conhecimentos tradicionais, ancestrais, saberes e fazeres, suas formas de organização e suas instituições;

- II - propor Conferências Nacionais de Povos e Comunidades Tradicionais, as suas etapas preparatórias e os parâmetros para sua composição, sua organização e seu funcionamento;
- III - zelar pelo cumprimento das convenções, dos acordos e dos tratados internacionais ratificados pelo Governo brasileiro e das demais normas relacionadas aos direitos dos povos e comunidades tradicionais;
- IV - atuar pela participação dos povos e comunidades tradicionais nas discussões e nos processos de implementação e de regulamentação das convenções, dos acordos e dos tratados internacionais ratificados pelo Governo brasileiro e das demais normas relacionadas aos direitos dos povos e das comunidades tradicionais;
- V - coordenar, acompanhar e monitorar a implementação e a regulamentação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT e do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, em colaboração com os órgãos competentes por sua execução, e as previsões orçamentárias para sua consecução;
- VI - articular-se com os órgãos competentes e com as entidades da sociedade civil para a inclusão de ações do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais no Plano Plurianual;
- VII - propor princípios, diretrizes, conceitos e entendimentos para políticas relevantes à sustentabilidade dos povos e comunidades tradicionais no âmbito do Governo federal, observadas as competências dos órgãos e entidades envolvidos;
- VIII - propor ações necessárias à articulação e à consolidação de políticas relevantes para a sustentabilidade de povos e comunidades tradicionais, estimular a efetivação dessas ações e a participação da sociedade civil, especialmente quanto ao atendimento das situações que exijam providências especiais ou de caráter emergencial;
- IX - promover a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social por intermédio de órgãos congêneres municipais, estaduais, distritais, regionais e territoriais e outras instâncias de participação social;

- X - identificar a necessidade de instrumentos necessários à implementação e à regulamentação de políticas, programas e ações relevantes para a sustentabilidade dos povos e comunidades tradicionais, propor sua criação ou sua modificação;
- XI - criar e coordenar câmaras técnicas e grupos de trabalho, com a finalidade de promover a discussão e a articulação em temas relevantes para a implementação e a regulamentação dos princípios e das diretrizes da PNPCT, observadas as competências de outros colegiados instituídos no âmbito do Governo federal;
- XII - identificar, propor e estimular ações de capacitação de recursos humanos, fortalecimento institucional e sensibilização, destinadas ao Poder Público e à sociedade civil, com vistas ao desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais;
- XIII - estimular, propor e fomentar a criação e o aperfeiçoamento de políticas públicas que resguardem a autonomia e a segurança territorial dos povos e comunidades tradicionais;
- XIV - articular políticas públicas, programas e ações, promover e realizar ações para combater toda forma de preconceito, intolerância religiosa, sexismo e racismo ambiental, inclusive em parceria com o Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial e com os demais conselhos ou comissões que tratem dos temas abordados;
- XV - estimular a criação de ações para a melhoria de pesquisas estatísticas que visem a identificar e a dar visibilidade aos segmentos de povos e comunidades tradicionais, no âmbito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou de outros institutos, censos e pesquisas, e acompanhar o andamento destas pesquisas junto aos Ministérios e aos órgãos afins;
- XVI - estimular o diálogo com outros órgãos e esferas da sociedade e a troca de experiências com os institutos de pesquisa e com a sociedade civil de outros países que já iniciaram processos de inclusão de povos e comunidades tradicionais em suas pesquisas;
- XVII - propor medidas para a implementação, o acompanhamento e a avaliação de políticas relevantes para o desenvolvimento sustentável

dos povos e comunidades tradicionais, respeitando sua autonomia, seus territórios, suas formas de organização, seus modos de vida peculiares e seus saberes e fazeres tradicionais e ancestrais;

XVIII -propor e articular ações para garantir a efetiva participação de povos e comunidades tradicionais, sobre temas relacionados com sociobiodiversidade, territórios, territorialidades e direitos de povos e comunidades tradicionais;

XIX -propor e acompanhar a criação e o aperfeiçoamento de políticas públicas que resguardem a autonomia e a segurança territorial dos povos e comunidades tradicionais e seus direitos frente a ações ou intervenções públicas ou privadas que afetem ou venham a afetar seu modo de vida e/ou seus territórios tradicionais;

XX - acompanhar, junto aos órgãos competentes, quando solicitado pelas comunidades tradicionais, demandas de reconhecimento e de regularização fundiária de territórios de povos e comunidades tradicionais;

XXI -acompanhar e participar da construção de protocolos I - promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com vistas a reconhecer, fortalecer e garantir os direitos destes povos e comunidades, inclusive os de natureza territorial, socioambiental, econômica, cultural, e seus usos, costumes, conhecimentos tradicionais, ancestrais, saberes e fazeres, suas formas de organização e suas instituições;

XXII - elaborar e aprovar o seu regimento interno. que visem à mediação de conflitos socioambientais que envolvam povos e comunidades tradicionais; e

XXIII -elaborar e aprovar o seu regimento interno.

Um dos primeiros e principais resultados decorrentes do processo de formulação de políticas públicas específicos para povos e comunidades tradicionais, por meio das atividades de articulação do CNPCT, foi a inclusão de ações de segurança alimentar e nutricional para povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). A partir da instituição da PNSAN, por meio do decreto

presidencial n. 7.272, de 25 de agosto de 2010, o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome passou a apoiar projetos específicos, definidos por meio de editais públicos, e que auxiliavam as famílias a produzirem alimentos de qualidade, com regularidade e em quantidade suficiente para seu autoconsumo. Também foram desenvolvidas oportunidades de trabalho e geração de renda. Tais atividades foram desenvolvidas pela Coordenação Geral de Apoio a Povos e Comunidades Tradicionais, que continua existindo no organograma no MDS. No entanto, a consulta ao sítio eletrônico sobre ações para povos e comunidades tradicionais retorna apenas um resultado: o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais teria como um dos seus públicos-alvo os povos e comunidades tradicionais. Esse programa conta com duas ações apenas, uma de assistência técnica especializada na pobreza rural e outra de distribuição de recursos e gêneros alimentícios às famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais (MDS, 2018). Não foi possível levantar o número de indígenas e quilombolas apoiados por esse programa.

Para uma formulação eficaz das políticas para povos e comunidades tradicionais, destaca-se a importância do Cadastro Único de Beneficiários das Políticas de Assistência Social (Cad-Único). Nesse cadastro, que é responsabilidade da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do MDS, estão contemplados os seguintes grupos tradicionais, classificados por origem étnica e relação com o meio ambiente: indígenas, quilombolas, ciganos, povos de terreiro, extrativistas, pescadores artesanais e ribeirinhos. Os dados mais recentes sobre povos e comunidades tradicionais advindos do Cad-Único são de dezembro de 2014 e foram publicados no relatório “Diversidade no Cadastro Único - Respeitar e Incluir”; tais dados indicam que a maior parte das famílias de povos e comunidades tradicionais (72,7%) está em situação de extrema pobreza, com renda *per capita* declarada inferior a R\$ 77,00, o que configura uma situação de vulnerabilidade mais aguda que aquela das demais famílias do Cadastro Único, cuja proporção de extrema pobreza é bem inferior (51,5%). O acesso a serviços de infraestrutura é outro ponto que reforça a vulnerabilidade dos povos e comunidades tradicionais (PCTs_ em relação ao restante do público do Cad-Único (não-PCTs)): enquanto 75,3% dos não-PCTs tinham acesso ao

abastecimento de água em novembro de 2014, esse percentual para PCTs cai para 39,2% no mesmo período, por exemplo (CADERNOS MDS, 2014). De acordo com dados de novembro de 2016, 160.225 (cento e sessenta mil e duzentas e vinte e cinco) famílias quilombolas estão inscritas no Cadastro Único (SEPPIR, 2017). Os dados mais recentes encontrados para povos indígenas indicam que, em 2015, 143 mil famílias indígenas constavam no CadÚnico (MDS, 2015).

II.5.3.11.4.2 – Ministério do Meio Ambiente – MMA/ICMBio

No âmbito do Ministério do Meio Ambiente, a principal iniciativa continua a ser o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT/ICMBIO), regulado pela Portaria 78/2009, que criou os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio, responsáveis por produzir por meio de pesquisa científica, do ordenamento e da análise técnica de dados o conhecimento necessário à conservação da biodiversidade, do patrimônio espeleológico e da sociobiodiversidade associada à povos e comunidades tradicionais.

Nesses termos, o CNPT deixou de atuar exclusivamente na gestão das Reservas Extrativistas e passou a ter escopo igualmente amplo. Os objetivos do centro são a promoção de pesquisa científica em manejo e conservação de ambientes e territórios utilizados por povos e comunidades tradicionais, seus conhecimentos, modos de organização social, e formas de gestão dos recursos naturais, em apoio ao manejo das Unidades de Conservação Federais (ICMBio, 2018).

A partir da consulta ao sítio eletrônico do MMA, observa-se que as iniciativas recentes que envolvem os povos e comunidades tradicionais estão vinculadas especialmente à definição das Metas Nacionais de Biodiversidade e à regulamentação da divisão de benefícios decorrentes dos saberes tradicionais associados ao patrimônio genético. O Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios (FNRB) foi criado pela Lei nº 13.123/2015 e regulamentado pelo Decreto nº 8.772/2016. O principal objetivo do Fundo é promover a valorização do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais associados e o seu uso de

forma sustentável. No que tange aos direitos de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, é importante destacar a importância do FRNB para garantir a repartição de benefícios nos casos de conhecimentos tradicionais associados compartilhados por várias comunidades diferentes. Além disso, povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares participam diretamente na gestão dos recursos do FNRB, com assentos no Comitê Gestor, que conta com sete representantes desses segmentos. (MMA, 2018).

Em parceria com a SEPPIR, o Ministério do Meio Ambiente realizou Oficinas de Gestão Ambiental e Territorial Quilombola em seis territórios quilombolas, nos estados do Maranhão, Pará, Sergipe, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás.

II.5.3.11.4.3 – Ministério da Cultura / Fundação Cultural Palmares

O Ministério da Cultura criou, em 2017, em parceria com o BNDES, o Prêmio BNDES de Boas Práticas para Sistemas Agrícolas Tradicionais (SAT), voltado à preservação dos saberes dos povos e comunidades tradicionais. Um SAT pode ser definido como um conjunto de elementos que inclui saberes, mitos, formas de organização social, práticas, produtos, técnicas/artefatos e outras manifestações associadas. Eles formam sistemas culturais que envolvem espaços, práticas alimentares e agroecossistemas manejados por povos e comunidades tradicionais e por agricultores familiares. Os SATs integram o patrimônio cultural imaterial das comunidades que os praticam (MinC, 2018).

Indígenas e quilombolas participaram, em 2017, do Programa Nacional de Formação de Gestores e Conselheiros Culturais, que visa capacitar cidadãos para participar dos conselhos municipais de cultura e fortalecimento dos demais instrumentos de gestão dos sistemas municipais de cultura.

A Fundação Cultural Palmares (FCP), vinculada ao MinC e responsável por emitir as certidões de reconhecimento às comunidades quilombolas, informa que em 2017 emitiu 133 certidões. A FCP também articula a prioridade de ingresso das comunidades quilombolas em programas como o Minha Casa Minha Vida e o Bolsa Família.

No que diz respeito aos povos indígenas, uma das iniciativas mais importantes do MinC foi o projeto Pontos de Cultura Indígena – PCI, lançado em 2010. Esse projeto ocorreu de duas formas distintas: na primeira, a fim de implantar 30 PCI em determinadas comunidades dos estados do Acre, Amazonas e Rondônia, o MinC adotou a intermediação da FUNAI e o repasse de recursos à uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, chamada Associação de Cultura e Meio Ambiente – ACMA; na segunda, o MinC lançou uma chamada pública voltada para a seleção de propostas de “entidades privadas sem fins lucrativos”, com vistas à implantação, em quaisquer partes do território nacional, de 92 novos PCI. A notícia mais recente sobre os pontos de cultura indígena encontrada no sítio eletrônico do MinC, de 2016, indica que havia 70 pontos de cultura indígenas em atividade naquele ano (MinC, 2018).

II.5.3.11.4.4 – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)

Criada em 21 de março de 2003, a SEPPIR tem, como uma de suas finalidades, a formulação, coordenação e articulação de diretrizes e políticas para a promoção da igualdade racial e a proteção dos direitos de grupos étnico-raciais, com ênfase na população negra. Nesta ampla agenda de trabalho incluem-se as comunidades quilombolas, comunidades tradicionais de matriz africana e povos de cultura cigana. Desde 2016, a SEPPIR perdeu o seu estatuto de ministerial e tornou-se uma secretária no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos, o que denota seu enfraquecimento. Há na estrutura atual da SEPPIR um Departamento de Promoção da Igualdade Racial para Povos e Comunidades Tradicionais, mas o cargo de Coordenador-Geral de Políticas para as Comunidades Quilombolas está vago.

As ações integrantes das políticas públicas acessadas por esse grupo ocorrem no âmbito do Programa Brasil Quilombola – PBQ, lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Com o seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em várias áreas. A coordenação geral do PBQ é exercida pela

SEPPIR, que atua em conjunto com os 11 ministérios que compõem o seu Comitê Gestor. A gestão descentralizada do PBQ também ocorre em articulação com os entes federados, a partir da estruturação de comitês estaduais. Sua gestão estabelece interlocução com órgãos estaduais e municipais de Promoção da Igualdade Racial (PIR), associações representativas das comunidades quilombolas e outros parceiros não-governamentais.

Os dados pesquisados para atualização desse estudo em março de 2018 indicam que o Comitê Gestor do Programa Brasil Quilombola se reuniu nos meses de maio, junho, julho e novembro onde foram realizadas reuniões ordinárias, decisões e encaminhamentos pautados por meio de eixos temáticos que descrevem políticas que, mesmo que universais, possuem um viés específico para a destinação às comunidades quilombolas, de acordo com as suas necessidades. Os quatro eixos são: 1) Acesso a terra: certificação e regularização fundiária; 2) Infraestrutura e Qualidade de Vida: programa saneamento básico, habitação rural e programa luz para todos; 3) Desenvolvimento Local e Inclusão Produtiva: selo quilombos do Brasil, declaração de aptidão, programa de aquisição de alimentos; 4) Direitos e Cidadania: ampliação e melhoria da rede física escolar, formação continuada de professores e implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para oferta de educação escolar quilombola, capacitação de gestores para implementação das Diretrizes Curriculares Quilombolas para educação escolar quilombola, programa nacional de alimentação escolar (PNAE), programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego (Pronatec), programa bolsa família (PBF), programa saúde da família (PSF), documento básico e registro civil.

Como forma de fortalecimento do monitoramento e da implementação das Políticas Públicas para as Comunidades Remanescentes de Quilombos, a SEPPIR vem realizando diagnósticos e pesquisas em parceria com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). A SEPPIR também estabeleceu apoio financeiro junto ao Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto aos Povos e Territórios Tradicionais (MESPT) da Universidade de Brasília (UNB). Esses estudos visam sistematizar informações sobre as comunidades quilombolas, elevar o nível de monitoramento das políticas públicas destinadas a esse segmento da população,

criar banco de dados e metodologias que consigam auferir dados sobre o quantitativo da população quilombola. Atualmente, são nove consultorias em andamento pelo PNUD e quatro consultorias pelo UNFPA para o período de 2013 - 2018.

O Relatório de Gestão da SEPPIR, referente a 2016 e publicado em março de 2017, revela as principais ações voltadas para as comunidades quilombolas no referido período, todas em parceria com outros órgãos ministeriais. Tais ações estão descritas nos tópicos voltados às iniciativas de cada ministério, ao longo do texto desse item.

De 2012 até o presente, não houve atualização do relatório de gestão sobre as ações do PBQ. Algumas ações podem ser examinadas, em seu desenvolvimento, a partir dos Painéis de Monitoramento do PBQ, no sítio eletrônico da SEPPIR. Por exemplo: é possível saber que de 2013 para 2014, as certificações de territórios quilombolas diminuíram 60% (de 364 certificações em 2013 para 146 certificações em 2014). Por outro lado, o Programa “Minha Casa, Minha Vida” para comunidades quilombolas saltou de 551 unidades contratadas em 2012 para 5.095 em 2013, um aumento de 925%.

Destaca-se que não foram identificadas, durante a pesquisa realizada, registro de ações ocorridas no âmbito do PBQ referentes aos municípios da Área de Estudo, uma vez que as informações disponíveis remetem a aspectos gerais das políticas públicas acessadas pelas populações quilombolas e os dados são agrupados por regiões e/ou unidades da federação. Estes dados não puderam ser atualizados porque o Sistema de Monitoramento do Programa Brasil Quilombola não está mais disponível.

II.5.3.11.4.5 – Ministério da Saúde

Em relação às ações do Ministério da Saúde para comunidades quilombolas, o Convênio n.º 792151/2013, firmado com a Universidade do Estado da Bahia, promoveu três encontros para troca de saberes e práticas, no cuidado com gestantes e recém-nascidos, entre cem parteiras quilombolas e sessenta profissionais de saúde que atuam em áreas onde há comunidades quilombolas. Realizaram também dois seminários regionais de articulação das ações para a

qualificação da assistência ao pré-natal e parto, em consonância com a estratégia da Rede Cegonha (SEPPIR, 2017).

Com relação aos povos indígenas, é preciso lembrar que dois decretos presidenciais de 1991 transferiram para o Ministério da Saúde – MS, especificamente para a Fundação Nacional de Saúde – Funasa, a responsabilidade pela assistência à saúde indígena, atribuição que antes pertencia à FUNAI.

Os principais departamentos gerenciais e de coordenações a conformarem o Subsistema de Atenção a Saúde Indígena integravam a estrutura organizacional da Funasa. Dentro dessa estrutura estavam as instituições responsáveis pela formulação, articulação e execução da Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena. Tinham também como responsabilidade organizar a implementação de um subsistema, o Departamento de Saúde Indígena – DESEI, e as Coordenações Regionais – Core.

A portaria que aprovou a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (Portaria MS nº 254/02), preocupou-se em destacar que a definição e a organização dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEI, basearam-se em:

[...] discussões e debates com a participação de lideranças e organizações indígenas, do órgão indigenista oficial, de antropólogos, universidades e instituições governamentais e não governamentais que prestam serviços às comunidades indígenas, além de secretarias municipais e estaduais de saúde.

Nova mudança na estrutura administrativa que ampara o atendimento à saúde indígena ocorreu em 2010: a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI, vinculada diretamente ao Ministério da Saúde e não mais à Funasa. A mudança foi significativa no que se refere à organização do Subsistema de Saúde Indígena, já que foi retirado da Funasa o papel de gestora exclusiva e integral, por ela desempenhado desde 1999. Na nova estrutura, a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas é concebida como um subsistema do Sistema Único de Saúde – SUS. Um aspecto central nessa política é a implantação dos DSEI. Os DSEI são definidos como espaços étnico-culturais dinâmicos, geográficos, populacionais e administrativos bem delimitados, que não

guardam relação direta com os limites dos estados e municípios onde estão localizadas as terras indígenas. A população indígena da Área de Estudo é atendida pelo DSEI Litoral Sul, com sede em Curitiba, que assiste às comunidades da etnia Guarani do litoral dos estados do RJ, SP, PR, SC e RS. O DSEI Litoral Sul compreende 14 etnias, com predominância das etnias Guarani, Kaingang, Charrua e Tupi, abrange 68 municípios e atende uma população indígena de cerca de 8,3 mil pessoas em 14 aldeias (Ministério da Saúde, 2018).

II.5.3.11.4.6 – Ministério da Educação

A Educação Escolar Indígena – EEI, saiu da gestão da FUNAI na década de 1990 e passou a alçada do Ministério da Educação e Cultura – MEC. A principal referência dessa política consiste no princípio constitucional de que os povos indígenas têm direito aos “processos próprios de ensino e aprendizagem”, o que viria a desembocar na ideia de uma educação intercultural, bilíngue e diferenciada, assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394 de 1996) e desenvolvida nas normatizações do setor.

Em seguida, tem-se o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas – PROLIND, iniciativa implantada em 2005, quando o MEC deu início a uma linha de apoio a projetos de cursos de licenciaturas específicas com vistas à formação de docentes indígenas. Duas frentes caracterizam essa proposta: o PROLIND é o que se tem chamado de “vagas suplementares” oferecidas pelas universidades em seus cursos regulares. Outras iniciativas se desdobram no âmbito da educação indígena, tais como a discussão, desde 2009, em torno da criação da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena – CNEEI, e o PNAE.

As ações da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), responsável por iniciativas de Educação Escolar Indígena e de Educação Quilombola, encontra-se atualizadas somente para o Plano Plurianual 2012-2015.

II.5.3.11.4.7 – Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

As políticas públicas para povos indígenas, antes formuladas e executadas exclusivamente pela FUNAI, passaram a ser de responsabilidade, também, de outros ministérios e órgãos federais; ou seja, encontram-se, de maneira geral, dispersas em diversos ministérios, fundações e secretarias subordinadas ao Poder Executivo Federal, embora a FUNAI continue a ter um papel estratégico.

Segundo Vianna (2008), em 2006 um decreto presidencial criou a Comissão Nacional de Política Indigenista – CnPI, cuja principal atribuição foi preparar a criação de outra estrutura, com o mesmo foco de atuação que ela, mas que, instituída por lei, tenha caráter permanente: um Conselho Nacional de Política Indigenista.

Nesse contexto, destaca-se que as políticas públicas acessadas por esse grupo têm se organizado cada vez mais através de uma rede de relações institucionais. Isto significa que elas, em muitos casos, têm sido formuladas e executadas mediante parcerias e articulações entre órgãos do Governo Federal e seus congêneres de governos estaduais e prefeituras municipais, além de instituições da chamada “sociedade civil organizada” (ONGs e associações indígenas, no caso) e de agências governamentais de cooperação internacional, atuantes no suporte técnico e financeiro.

O Conselho Nacional de Política Indigenista – CNPI, instalado no dia 27 de abril de 2016, é um órgão colegiado de caráter consultivo, responsável pela elaboração, acompanhamento e implementação de políticas públicas voltadas aos povos indígenas. Foi criado pelo Decreto n.º 8.593, de 17/12/15 e é composto por 45 membros, sendo 15 representantes do Poder Executivo federal, todos com direito a voto; 28 representantes dos povos e organizações indígenas, sendo 13 com direito a voto; e dois representantes de entidades indigenistas, com direito a voto. O CNPI surgiu após nove anos de trabalhos da Comissão Nacional de Política Indigenista, instalada em 2007, que funcionou como um espaço de diálogo, debates e proposições envolvendo os representantes do movimento indígena, indigenista e do Estado brasileiro. Foi criado com o objetivo de se consolidar enquanto instância de proposição de princípios e diretrizes para políticas públicas voltadas aos povos indígenas, bem como para o

estabelecimento de prioridades e critérios na condução da política indigenista. Além disso, seu funcionamento possibilitará uma maior transparência e o estabelecimento de instrumentos de acompanhamento e controle da execução das ações do Estado brasileiro por parte dos povos indígenas e da sociedade civil (FUNAI, 2018).

Os resultados das ações de política indigenista da FUNAI, listadas em seu sítio eletrônico, encerram-se em 2013. Informações mais recentes são as que dizem respeito aos objetivos do Programa Temático Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, contemplado no Plano Plurianual 2016-2019:

- Objetivo 1012: Promover e proteger os direitos sociais e culturais e o direito à cidadania dos povos indígenas, asseguradas suas especificidades nas políticas públicas;
- Objetivo 1013: Promover a gestão territorial e ambiental das terras indígenas;
- Objetivo 1014: Garantir aos povos indígenas a posse plena sobre suas terras, por meio de ações de proteção dos povos indígenas isolados, demarcação, regularização fundiária e proteção territorial;
- Objetivo 1015: Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação e divulgação de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente daqueles em situação de vulnerabilidade;
- Objetivo 0962: Promover a atenção à saúde dos povos indígenas, aprimorando as ações de atenção básica e de saneamento básico nas aldeias, observando as práticas de saúde e os saberes tradicionais, e articulando com os demais gestores do SUS para prover ações complementares e especializadas, com controle social, este sob responsabilidade do Ministério da Saúde.

II.5.3.11.4.8 – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

O extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) havia criado, em 2011, o Comitê Permanente de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, por meio da Resolução nº 83 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), que tinha como atribuições:

- propor, acompanhar e analisar as ações de uma política pública para o etno-desenvolvimento junto aos Povos e Comunidades Tradicionais, que desenvolvam atividades rurais, e na implementação de condições preferenciais de acesso às políticas agrícolas, agrárias, sociais, culturais, pesqueiras, aquícolas e extrativistas;
- estudar e propor fontes alternativas de financiamento para viabilizar essa política pública a fim de atender aos Povos e Comunidades Tradicionais;
- propor a realização de estudos e debates sobre a operacionalização e resultados estratégicos das atividades e projetos de etno-desenvolvimento;
- manter-se informado sobre o cumprimento das metas gerais programadas para a ação de promoção de raça e etnias, no atendimento aos Povos e Comunidades Tradicionais, desenvolvidas pelo MDA e outros Ministérios, bem como sobre os resultados do monitoramento e avaliação dos projetos realizados, procurando identificar obstáculos à sua implementação e propondo medidas que assegurem a execução do que foi planejado;
- solicitar informações que julgar necessárias ao desempenho de suas atribuições junto aos órgãos responsáveis pelas Ações de Promoção da Igualdade de Raça e Etnia e de atendimento às demandas dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- sugerir aos conselhos estaduais, territoriais e municipais a constituição de comitês semelhantes para acompanhar a ação de promoção de igualdade de raça e etnia e de políticas voltadas para os Povos e Comunidades Tradicionais;

- identificar a necessidade e propor a criação ou modificação de instrumentos necessários à implementação de políticas relevantes para o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- articular o Comitê de Povos e Comunidades Tradicionais do MDA com a CNPCT do MDS/MMA;
- contribuir com a elaboração e implantação dos planos de desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, previstos na PNPCT;
- pautar o Plenário do CONDRAF de temas relacionados aos Povos e Comunidades Tradicionais, assim como, informar suas atividades e resultados, por meio de relatórios periódicos.

A informação mais recente sobre povos e comunidades tradicionais no sítio eletrônico da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, órgão ligado diretamente à Casa Civil da Presidência da República e que substituiu o MDA, data de 29 de março de 2016, quando o MDA ainda existia. Assim, não foi possível a confirmação quanto à continuidade da atuação do Comitê Permanente de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Com o intuito de auxiliar nos andamentos dos processos de regularização fundiária, a SEPPIR assinou dois Termos de Execução Descentralizada com o INCRA para a produção de cinco Relatórios Técnicos de Delimitação e Identificação (RTID) no Amapá e dez no Maranhão. No que se refere às ações de inclusão produtiva e desenvolvimento local, busca-se apoiar o desenvolvimento produtivo local e a autonomia econômica das comunidades tendo como base a identidade cultural e os recursos naturais presentes no território, de modo a gerar a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades. Já no que se refere aos títulos coletivos das comunidades quilombolas emitidos pelo INCRA, em 2016 apenas uma comunidade quilombola recebeu o título e cinco comunidades receberam o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) (SEPPIR, 2017). A Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD/Casa Civil/PR) realizou em 2016, a capacitação de 55 (cinquenta e cinco) agentes de Assistência Técnica Rural (ATER) para atuarem em comunidades atendendo famílias quilombolas em situação de extrema pobreza, residentes nos estados da Bahia e Pará, como

consta nos contratos derivados da Chamada Pública n.º 06/2014, atendendo a 3.420 (três mil, quatrocentos e vinte) famílias. Outra política promovida pela SEAD/Casa Civil/PR, é o Selos Quilombos do Brasil que busca valorizar a produção tradicional e ampliar a comercialização desenvolvida por comunidades quilombolas. O ano de 2016 se encerrou com 36 (trinta e seis) permissões de uso dos Selos vigentes (SEPPIR, 2017).

Em 2017, o INCRA noticiou que foram publicados 35 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas, com área total de 453.360 hectares. Mas é importante ressaltar que a Comissão Pró-Índio de São Paulo apurou que, em 2017, o INCRA dispunha de apenas R\$ 4 milhões para encaminhar mais de 1.600 processos de titulação (em 2010, havia R\$64 milhões). Ou seja, entre 2010 e 2017, o orçamento do Incra para a regularização fundiária quilombola apresentou uma queda de 94%, dado que demonstra a precariedade do cumprimento do direito das comunidades quilombolas à integridade e legitimação dos seus territórios.

II.5.3.11.5 – Considerações

Empreendimentos de petróleo e gás, ferrovias, rodovias, linhas de transmissão, atividade portuária, entre outros, são atividades que podem gerar vetores de pressão sobre as terras indígenas (TIs) e territórios quilombolas (TQs) quando sobrepostos a essas áreas ou quando contribuem para o acúmulo de vetores de pressão que incidem sobre as atividades próprias das comunidades tradicionais. No caso exclusivo das TIs, o estudo “Terras Indígenas na Mata Atlântica: pressões e ameaças” (2013), produzido pela Comissão Pró Índio de São Paulo, alerta:

Seis das terras indígenas analisadas (Aguapeú, Itaóca, Bananal, Rio Branco, Boa Vista do Sertão Pró- Mirim e Ribeirão Silveira) estão localizadas na região de influência do Pré-Sal. Embora não tenham sido identificados impactos diretos para as terras indígenas, se prevê que todo o conjunto de empreendimentos e infraestrutura relacionados ao Pré-Sal torne-se mais um fator de pressão sobre essas áreas. (CPISP, 2013, p.32)².

² Lembrando que só três delas estão localizadas na área de estudo do Projeto ETAPA 3: Rio Branco, Boa Vista Sertão do Promirim e Ribeirão Silveira.

Para o caso das comunidades quilombolas da área de estudo não foram encontrados estudos de organizações não governamentais ou instituições acadêmicas que discutissem impactos do Pré-Sal sobre elas.

Os Diagnósticos Socioambientais pertinentes aos Programas de Educação Ambiental de São Paulo (PETROBRAS/WALM, 2012), da Bacia de Campos (PETROBRAS/SOMA, 2014), da Baía de Guanabara (PETROBRAS/MINERAL, 2012) e Litoral Sul Fluminense (PETROBRAS/MINERAL, 2014) mostraram que as comunidades tradicionais que habitam o litoral do Estado de São Paulo e o litoral do Estado do Rio de Janeiro têm dificuldades para fazer valer seu direito ao uso do território, seja da maneira como tradicionalmente o fazem, seja de modo a se inserir no desenvolvimento econômico propiciado pelo turismo e pelas instalações industriais.

Nesse contexto, o Projeto de Caracterização dos Territórios Tradicionais (PCTT), com seu piloto a ser implementado primeiramente pela empresa proponente em Paraty (RJ), Angra dos Reis (RJ) e Ubatuba (SP), em conjunto com as próprias comunidades tradicionais e a título de condicionante de licença do empreendimento Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – ETAPA 1, caracterizará, junto às comunidades e atores envolvidos, os principais conflitos e ameaças reais e potenciais, de ordem socioambiental, econômica e cultural, além de proporcionar a correta compreensão das pressões que podem estar associados ao empreendimento em tela. Além de registrar a vulnerabilidade das comunidades frente ao desenvolvimento regional, o diagnóstico produzido pelo PCTT poderá mais fidedignamente traduzir a realidade socioeconômica, ambiental e cultural vivida pelos povos e comunidades tradicionais, bem como apontar o quadro geral dos efeitos de futuros empreendimentos sobre a manutenção dos modos de vida destas populações. Além disso, seria um registro importante para as comunidades negociarem projetos de compensação ambiental, bem como reivindicar políticas que tragam segurança fundiária, alimentar e econômica para seus membros e que contribuam para a preservação do patrimônio cultural do qual são portadoras.

REFERÊNCIAS

Referências utilizadas para atualização – somente o que não consta na Rev0.

ACONTECE EM UBATUBA. “Quilombo Fazenda da Caixa pede socorro”, 03/02/2018. Disponível em <https://aconteceemubatubasp.blogspot.com.br/2018/02/noticias-quilombolas-da-fazenda-da.html> . Acesso em março de 2018.

ANTIGO RIO DA PRATA. Histórico da Comunidade Remanescente de Quilombola Dona Bilina da Serra do Rio da Prata de Campo Grande, 18/04/2017. Disponível em <http://antigorioprata.blogspot.com.br/2017/04/historico-da-comunidade-remanescente-de.html> . Acesso em março de 2018.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO (CPISP). “Direitos ameaçados: orçamento do Incra inviabiliza titulação de terras quilombolas”, 01/06/2017. Disponível em <http://comissaoproindio.blogspot.com.br/2017/06/direitos-ameacados-orcamento-do-incra.html>. Acesso em março de 2018.

COMUNIDADE EM CENA. Quilombo do Grotão, 2015. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=bl93ZwStPhc> . Acesso em março de 2018.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Ação da DPRJ garante unidade de saúde para quilombo em Araruama, 02/08/2016. Disponível em <http://www.defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/2983-Acao-da-DPRJ-garante-unidade-de-saude-para-quilombo-em-Araruama> . Acesso em março de 2018.

FUNAI. Disponível em <http://www.FUNAI.gov.br/> Acesso em março de 2018.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/> Acesso em março de 2018.

G1 SANTOS. “Justiça garante transporte coletivo e escolar a moradores de bairros rurais de Cananeia”, 03/07/2017. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/justica-garante-transporte-coletivo-e->

escolar-a-moradores-de-bairros-rurais-de-cananeia.ghtml . Acesso em março de 2018.

INCRA. “RJ: Comunidade quilombola de Prodígio recebe relatório de identificação de território”, 03/10/2017. Disponível em <http://www.incra.gov.br/noticias/rj-comunidade-quilombola-de-prodigio-recebe-relatorio-de-identificacao-de-territorio> . Acesso em março de 2018.

INCRA. Disponível em <http://www.incra.gov.br/>. Acesso em março de 2018.

INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CEBRAS, NUQ. Terras de Quilombos – Cabral, Belo Horizonte:, Edição eletrônica, 2016. Disponível em http://www.incra.gov.br/sites/default/files/terras_de_quilombos_cabral-rj.pdf .Acesso em março de 2018.

ISA – Instituto Socioambiental. “MPF participa de evento sobre comunidades indígenas e tradicionais em Paraty (RJ)”. Disponível em <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/179229>. Acesso em março de 2018.

ISA - Instituto Socioambiental. Inventário cultural de quilombos do Vale do Ribeira. Eds. Anna Maria Andrade, Nilto Tatto. São Paulo, 2013.

JORNAL ATUAL. Comunidade quilombola luta pela sobrevivência em Mangaratiba, 07 de dezembro de 2017. Disponível em <http://www.jornalatual.com.br/index.php/component/k2/item/1806-comunidade-quilombola-luta-pela-sobrevivencia-em-mangaratiba.html>. Acesso em março de 2018.

MINISTÉRIO DA CULTURA (MinC). Disponível em <http://www.cultura.gov.br/> . Acesso em março de 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). Disponível em <http://mds.gov.br/> . Acesso em março de 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/programas-e-acoes> . Acesso em março de 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Disponível em <http://www.mma.gov.br/> . Acesso em março de 2018.

OBSERVATÓRIO QUILOMBOLA, Sítio eletrônico. Disponível em <http://www.koinonia.org.br/oq/default.asp> . Acesso em março de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO. “Fundação Cultural Palmares certifica Quilombo Fazenda Espírito Santo”, 28/03/2017. Disponível em <http://cabofrio.rj.gov.br/noticia/fundacao-cultural-palmares-certifica-quilombo-fazenda-espirito-santo>. Acesso em março de 2018.

PREFEITURA DE UBATUBA. “Prefeitura e Associação Quilombola da Caçandoca estabelecem parceria para recuperar pontes”, 14/12/2017. Disponível em <https://www.ubatuba.sp.gov.br/smo/prefeitura-e-associacao-quilombola-da-cacandoca-estabelecem-parceria-para-recuperar-pontes/>. Acesso em março de 2018.

SECRETARIA NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em

SEPPIR – Secretaria de Promoção de Políticas da Igualdade Racial. Relatório de Gestão -2016, março de 2017. Disponível em <http://www.SEPPIR.gov.br/sobre-2/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2016.pdf/view> . Acesso em março de 2018.